



N.º 259 junho/julho, 2013 . MENSAL . 0,50€

Agora MAIS FORTES Continuar a LUTA

Há sempre alguém que resiste,
há sempre alguém que diz não
a esta política de Educação!

Bibliotecas Escolares

Dossier

LEITURAS



Jappe, Anselm
Sobre a Balsa de Medusa
 Antígona, Lisboa, 2012

Para Anselm Jappe, ensaísta e investigador gaulês, o “paradoxo fundador da sociedade capitalista” consiste em que “a produção de bens e serviços não é para ela um fim, mas apenas um meio. O único fim é a multiplicação do dinheiro, é investir um euro para conseguir dois” (p. 24). No entanto, o autor considera que este paradoxo se confronta com uma contradição que afeta o processo de valorização do capital, já que o valor das mercadorias no capitalismo caracteriza-se por incorporar “uma fração cada

vez mais diminuta de trabalho humano” (p. 48) que, sendo a fonte da parte do valor apropriado pelos proprietários dos meios de produção, a mais-valia, tem como consequência fundamental a tendência para a queda da taxa de lucro. Considerando que apenas o ‘trabalho vivo’ – o trabalho material direto incorporado na mercadoria – é criador de valor e mais-valia, Jappe defende que “os serviços não são um trabalho, mas que dependem dos setores produtivos” (p. 60), concluindo que a redução do valor incorporado na mercadoria relativamente à expansão tecnológica tem como consequência a rendibilidade decrescente do capital acumulado. A “financeirização” da economia, ou seja, o desvio de uma parte crescente do capital produtivo para as aplicações financeiras de caráter especulativo constitui a contratendência a esta quebra de rendibilidade alimentada pelo sistema de crédito. A crise eclode precisamente quando este sistema já não consegue compensar o subconsumo crescente resultante do aumento das desigualdades sociais e da redução dos rendimentos do trabalho relativamente aos do capital.

A tese de Anselm Jappe é interessante, mas tem uma limitação que importa sublinhar. No atual modelo de capitalismo, fruto da terceira revolução industrial baseada na cibernética, o valor e a mais-valia dependem cada vez menos do trabalho ‘vivo’ direto, e cada vez mais das atividades intensivas em conhecimento que se situam a montante do processo de produção material. Neste sentido, a incorporação destas atividades neste processo é uma contratendência, ao contrário do que pensa o autor, à baixa da taxa de lucro, pois contribui para aumentar a produtividade do trabalho

e, conseqüentemente, para aumentar a mais-valia apropriada pelos proprietários dos meios de produção. A contradição do processo de valorização global do capital não se baseia, como defende o autor, entre trabalho vivo e crescimento da ‘composição tecnológica’ do capital material, mas entre atividades intensivas em conhecimento que contribuem para a expansão da acumulação capitalista e as outras, não apenas as atividades em que predomina o trabalho rotinizado tanto intelectual como manual, mas também todas as atividades criativas que são ‘redundantes’ ou não têm utilidade para sustentar a valorização do capital. Esta é a razão pela qual o capital pode funcionar com um número crescente de trabalhadores manuais e intelectuais descartáveis e precários, concentrando-se, como demonstra o sociólogo norte-americano Richard Sennett, num número restrito de atividades extraordinariamente rentáveis: alta finança, tecnologia de ponta e serviços sofisticados. A alternativa consiste na superação deste modelo através da redução da jornada de trabalho e num processo de requalificação generalizada da força de trabalho que lhe permita reapropriar-se das condições de uma atividade laboral de que foi expropriada através do aumento do tempo disponível não alienado, mas consciente, com vista a poder emancipar-se da tirania da divisão unilateral do trabalho e apostar na sua formação integral, ou seja, intelectual, cultural e humana. Só assim se poderá concretizar o projeto de Anselm Jappe: “Não se trata de «salvar» a nossa economia e o nosso modo de vida, mas de os fazer desaparecer o mais depressa possível, dando lugar a algo de melhor” (p. 65). ■

Joaquim Jorge Veigunha

NA UNIDADE DE TODOS OS PROFESSORES SE CONSTRUIU A VITÓRIA

1. Nas negociações sobre a aplicação aos professores e educadores da extensão do horário (de 35 para 40 horas) na administração pública e da eufemisticamente chamada “requalificação” – na verdade, mobilidade para o desemprego – a classe docente conseguiu resultados muito positivos. Melhor teria sido obviamente que tais “princípios” não se aplicassem nem ficassem consignados, mas isso foi impossível. Não houve, portanto, acordo e a vitória – se assim se pode chamar – corre o perigo de ser “temporária”. De qualquer modo, no atual contexto do país, os resultados obtidos foram com justiça considerados como muito bons e uma derrota do governo. Esses resultados, convém recordar, foram no essencial: a anulação prática da extensão do horário ao considerar-se que as 5 horas acrescidas se reportam todas à componente individual, a consideração como “atividade letiva” para todos os efeitos e para todos os docentes de um largo conjunto de atividades, incluindo a direção de turma e o adiamento da entrada na “requalificação” por um ano. Importante foi também clarificar-se desde já que não serão atribuídas turmas a quem pediu a aposentação, independentemente do momento em que esta venha a ser concedida.

2. Para esta vitória contribuiu a excelente capacidade de organização dos professores no processo de “boicote” às reuniões de avaliação. Um processo organizacional que, sendo verdade que ultrapassou em muitos casos a tradicional máquina sindical, concretizou uma estratégia traçada no Congresso Nacional dos Professores (FENPROF), apoiada em consulta prévia aos professores.

A organização do processo de boicote às reuniões de avaliação fez com que em muitas escolas se retomasse um saudável ambiente de solidariedade e consciência de classe. A resposta dos professores quando se lhes pediu mais um reforço para que as negociações no MEC decorressem ainda com fortíssima adesão à greve às avaliações foi simplesmente espetacular! Como espetacular foi a adesão à greve no dia 17, dia do primeiro exame a nível nacional (Português 12º ano, Português Língua Não Materna e Latim). Mas foi também decisiva a unidade que até ao final do processo foi possível manter entre todos os sindicatos de professores, incluindo a FNE.

Evidenciou-se no terreno que só a solidez dos sindicatos permite conduzir com eficácia as lutas e que é a partir deles que é viável trazer para essa mesma luta outros professores que, erradamente, não se sindicalizam.

3. Este processo de unidade entre todos os sindicatos de professores – unidade para que em muito contribuiu a inteligente condução do processo pela FENPROF, nomeadamente através do seu secretário geral, não pode deixar de servir de exemplo para todo o movimento sindical.

Num momento particularmente dramático para todos os trabalhadores como o que se vive hoje, em Portugal e um pouco por todo o mundo, a força sindical tem que resultar da união entre quem os representa, superando as diferenças ideológicas existentes.

Foi muito importante – e contribuiu inequivocamente para o seu sucesso – que a greve geral de 27/06 tivesse sido convocada pelas duas centrais sindicais. O interesse dos trabalhadores impõe que se aprofunde este caminho para a unidade das ações e objetivos da luta. É imperioso que se abandonem posições (e discursos) de pseudo vanguardistas “iluminados” do tipo “nós marcamos as lutas e quem quiser que venha”; nos tempos que correm, tais posições são objetivamente reacionárias e contrárias aos interesses dos trabalhadores.

4. Vamos ter pela frente lutas muito difíceis. Não só para garantir a correta aplicação do que ficou acordado entre os professores e o MEC, mas também para derrotar esta política de insana austeridade que está a empobrecer o país e a acentuar as desigualdades sociais. Os professores deram exemplo: coerência, persistência e unidade muito alargada são condições indispensáveis ao sucesso. ■



2 Sugestões

3 Editorial

5 Dossier

Bibliotecas escolares

12 Cidadania

Sim, não, mas talvez...

14 Reportagem

- O ensino artístico como paixão
- O projeto 3D – Todas estas atividades vão dando cor à escola

20 Escola/Professorres

- 20. Acreditar no futuro é essencial
- 22. O filme de uma luta exemplar
- 24. Conselho Geral discute e aprova relatório e contas de 2012
- 25. Annus horribilis
- 27. Manifesto
- 29. Campanha em defesa da Escola Pública

31 Aos Sócios

33 Consultório Jurídico

Direito a Férias do Pessoal Docente Contratado

Um balanço da luta dos professores Acreditar no futuro é essencial!

Anabela Delgado

PÁGINA

20

Saudação a todos os professores e educadores

A direção do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa saúda calorosamente todos os professores e educadores que, com a sua determinação, capacidade de organização e expressão inequívoca de grande solidariedade contribuíram decisivamente para esta importante vitória sobre um Ministério da Educação e um Governo que têm feito da destruição da Escola Pública um dos objetivos centrais da sua política.

A direção do SPGL apela à continuação, e alargamento, da unidade e solidariedade de todos os professores para os desafios que continuamos a ter pela frente na defesa da dignidade da profissão e de uma Escola Pública de qualidade para todos.

Vale sempre a pena lutar!

O reforço do SPGL é a melhor garantia de resposta às necessidades de organização das lutas e ao esclarecimento e apoio dos professores e educadores. ■

A direção



Dossier

ESCOLA INFORMAÇÃO N.º 259 junho/julho 2013

■ Bibliotecas Escolares

O dossier desta edição é sobre as Bibliotecas Escolares, melhor dizendo, sobre a Rede de Bibliotecas Escolares, porque é de uma rede, que foi sendo tecida ao longo de vários anos com imenso esforço e competência por parte de um conjunto de excelentes profissionais, que este dossier trata. É um dossier bem mais pequeno do que o que desejámos. Mais fica por dizer e isto significa que voltaremos ao tema assim que possível.

É uma daquelas “experiências” que deu e dá frutos. Está presente em inúmeras escolas, em todo o país, e em todas se constitui como polo de dinamização da investigação, da aprendizagem, da cultura.

A Escola Pública tem tudo a ganhar em acarinhar este projeto. Por isso mesmo é tempo de começarmos a pensar em não permitir que se desaproveitem os imensos recursos que esta rede soube, laboriosamente, construir. Em primeiro lugar, os professores que foram sendo formados nesta área e que hoje constituem um património de enorme valor. Não podem ser desaproveitados. Mas também os espaços, os documentos, a rede na internet, o capital de conhecimento e de “saber fazer” que ao longo destes anos foram sendo construídos e parecem estar hoje bem sedimentados nas escolas.

É necessário criar um quadro de estabilidade profissional aos professores-bibliotecários e aos seus coordenadores que lhes permita olhar o futuro com tranquilidade e apostar de forma segura no seu desenvolvimento profissional. Nesta como noutras áreas a estabilidade é fundamental para a construção da qualidade na Educação.

O mais difícil estará porventura já feito. Falta agora aquilo que muitas vezes em Portugal falha: a continuidade, a estabilização, o aperfeiçoamento, a rentabilização. Está tudo lá, basta não estragar. ■

BIBLIOTECAS ESCOLARES

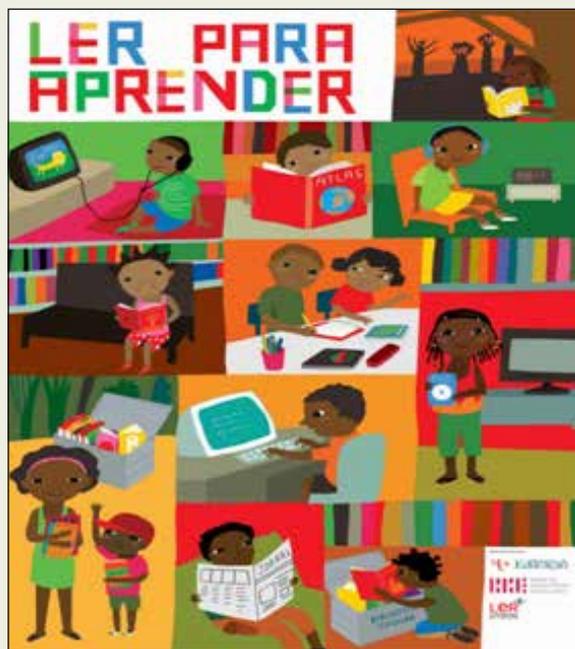
A crescer em rede em Portugal, desde 1996

• **Maria José Vitorino**

Coordenadora Interconcelhia - Rede de Bibliotecas Escolares,
Lisboa / Professora. Bibliotecária

“A biblioteca escolar desempenha um papel central no desenvolvimento das literacias, do suporte à aprendizagem, na aquisição de competências de informação e na formação de leitores.”

Avaliação do Programa Rede de Bibliotecas Escolares (2009)¹



Bibliotecas escolares com bons recursos, incluindo pessoal qualificado e apoio dos órgãos de gestão fazem muita diferença no sucesso dos alunos e na valorização das aprendizagens.

Desde 1978 que a IFLA e a Unesco proclamaram a sua importância num Manifesto, renovado em 1999 e desenvolvido em orientações publicadas em 2002, que mantêm ainda a referência à colaboração entre bibliotecas escolares e bibliotecas de outras tipologias, nomeadamente entre bibliotecas escolares e bibliotecas públicas. Em 1994, o Manifesto de Leitura Pública incluiu igualmente entre as funções da biblioteca pública a de apoiar bibliotecas escolares, tal como entre nós seria reconhecido na cria-

ção da Rede de Leitura Pública, procurando que em todos os concelhos existissem bibliotecas municipais assim desenvolvidas. (1986). Os desafios do "mundo digital", por outro lado, reforçam a centralidade da leitura e das literacias na agenda educativa e de desenvolvimento - as bibliotecas escolares e o que se faz com elas e por elas tornam-se todos os dias mais determinantes da diferença entre as escolas e as aprendizagens que efetivamente se promovem.

O papel da biblioteca escolar e dos seus profissionais na qualidade das aprendizagens dos alunos e do ensino que lhes é proporcionado vem sendo assinalado pela investigação em diferentes países, em estabelecimentos escolares de diversos tipos e níveis, e em vários contextos sociais, reforçando os argumentos de

profissionais e organizações da área quer da educação quer das bibliotecas, tais como a IFLA, a IASL, o ENSIL, ou associações como a ALA e a ASLA (EUA), ou a ALIA (Austrália).

Em Portugal, a Rede de Bibliotecas Escolares integra hoje mais de 2400 bibliotecas instaladas em escolas de todos os níveis e tipos de ensino, e mais de um milhão de alunos. Criada em 1996 por despacho conjunto de dois Ministros – Educação e Cultura – a RBE vem sendo referenciada em Portugal e internacionalmente como um caso de sucesso, quer pelo seu crescimento e referenciais (instalações, gestão da coleção, formação, avaliação), quer pelas soluções encontradas para parcerias a nível local (redes concelhias, reflexo da aposta de cada vez mais autarquias na colaboração para recursos co-

munos de livre acesso e de qualidade). Em 2004, o Plano Nacional de Leitura virá articular-se com a RBE, recusando lógicas de competição, e possibilitando novas respostas coordenadas aos problemas de iliteracia.

Hoje, é quase uma rotina a realização de encontros por todo o país em que se aprofunda o conhecimento e se partilham experiências e dificuldades. A pouco e pouco, em várias universidades, aumenta a produção de investigação neste campo, quer no domínio da educação, quer no domínio das ciências da documentação e da informação.

Desde a sua génese, o Programa RBE defende que para boas bibliotecas escolares têm de existir boas equipas, com profissionais qualificados. O crescimento e a qualidade reconhecidos a muitas bibliotecas escolares portuguesas irão depender do trabalho, quotidiano, de muitos docentes mas também de muitos não docentes, no desenvolvimento de projetos e atividades, na formação que foram adquirindo, nos laços que se teceram por todo o país.

Em 2008, a legislação sobre as carreiras da administração pública terá efeito no pessoal não docente dos estabelecimentos educativos, onde não se diferenciam as bibliotecas escolares de outros serviços. No ano seguinte, a portaria 756/2009, de 14 de julho, estabelece pela primeira vez a figura dos professores bibliotecários, dedicados a tempo inteiro a funções de coordenação de bibliotecas escolares, que são descritas, e regulamenta os processos de seleção destes docentes, prevendo ainda coordenadores interconcelhios que assegurem o apoio às escolas e agrupamentos e a projetos e parcerias, numa lógica de rede (nacional) de redes locais ou regionais e de trabalho colaborativo permanente. Embora ainda com formas em transição, Portugal inscreve-se assim entre países em que se aumenta a exigência de qualificação dos responsáveis pelas bibliotecas escolares, dimensão



que é valorizada entre nós desde sempre pela **BAD** (Associação Portuguesa de bibliotecários, arquivistas e documentalistas). Por outro lado, vem sendo cada vez maior o número de solicitações de parceria com a RBE por entidades públicas e privadas, como são exemplos recentes o Dormir+Ler melhor (proposto por médicos), o SOBE – Saúde Oral Biblioteca Escolar (DG Saúde), no campo da educação para a saúde, e, no campo da literacia estatística, as parcerias com a PORDATA e o INE.

O que tem feito a diferença da “solução portuguesa” para o desenvolvimento de bibliotecas escolares e de práticas de trabalho em rede?

- o envolvimento governamental, com investimento de dimensão variável ao longo destes anos, mas persistente; como se afirma

na Avaliação do programa realizada em 2009: “Os recursos financeiros conseguidos pela RBE, não sendo muito elevados, foram significativos” (obra citada, p. 137);

- a articulação entre RBE e PNL, consolidando a prioridade dada à leitura, à literacia e à promoção de competências leitoras em todos os níveis de ensino;
- as parcerias locais e as redes concelhias, incluindo portais e catálogos coletivos em linha, que articulam a ação e a visão de bibliotecas municipais e escolares, alargando-se até em vários casos a outras entidades culturais, museus, por exemplo. (Na prática, mostram que é valiosa e possível a colaboração entre professores e bibliotecários de todos os tipos, sem perda de identidade de nenhum deles);
- a expansão gradual, através de

candidaturas a concursos de integração ou de mérito;

- a visão de biblioteca, que inclui tanto livros como TIC, literatura mas também outras artes, e se assume como parte da escola e do seu projeto educativo;
- a capacidade de repensar e renovar o programa, sem cristalizar em soluções e respostas rígidas, facilitando a diversidade de atuações, sem, no entanto perder a sua coerência; para tal, a rede de coordenadores interconcelhios (em estreita ligação com o Gabinete do programa), a alimentação por escolas e agrupamentos da base de dados RBE e os resultados da aplicação do modelo de avaliação das bibliotecas têm sido relevantes, e devem ser instrumentos em constante aperfeiçoamento.

Falta muito caminho? Certamente, e a expansão da rede tem vindo a evidenciar muitos desafios, de que destaco:

- a qualificação dos profissionais face a um campo que é cada vez mais exigente;
- a estabilidade dos recursos humanos e materiais;
- a clareza da visão de biblioteca escolar e da sua missão em todos os intervenientes – diretores, professores, bibliotecários, famílias, decisores políticos a diferentes níveis, investigadores, formadores – de modo a que se eleve a expectativa de qualidade dos serviços prestados;
- a resiliência, que permite a inovação e o entusiasmo com novos passos, criticando e construindo, mas sem perder património de conhecimento, reutilizando o que já foi feito, sempre ao serviço da educação.

E no quotidiano das escolas, dos alunos e dos professores, como tem sido, como pode vir a ser?

Em cada comunidade educativa, para cada criança e cada jovem, para cada agente educativo, a biblioteca escolar fará mais ou menos diferença, positiva ou menos positiva, pois as práticas concretas dependem de muitos fatores, e em que é determinante a ação concreta e diária de cada profes-



sor bibliotecário e das equipas que vão conseguindo resistir, tantas vezes em condições adversas, mas também mobilizando oportunidades de reforço dentro e fora da escola. Por outro lado, eles próprios reagem a estímulos positivos e negativos da cultura de cada escola e das interações a nível local, regional e nacional. Por isso o convite do SPGL para testemunhos sobre as bibliotecas escolares é muito importante. Nos países em que os sindicatos de professores acompanham estas dinâmicas, encontram-se soluções melhores. O próprio Manifesto de 1978 nasceu da iniciativa de um grupo de professores, preocupados com a falta de bibliotecas/mediatecas/centros de recursos, embora depois tenha sido assumido pela IFLA, uma organização não governamental de bibliotecas e associações de bibliotecas.

Para se consolidarem e ganharem sustentabilidade, as bibliotecas

escolares portuguesas precisam de continuidade das políticas e de meios financeiros, humanos e de conhecimento, mas, também, de apoio crítico que as façam crescer, mas crescer bem, ao serviço da escola pública e do combate pela educação de qualidade para todos, em toda a parte, garantindo o direito ao saber e à imaginação, à palavra e a todas as expressões, à informação em qualquer suporte, ao pensamento crítico, à democracia. ■

Para ler mais, sugiro:
Publicações RBE http://www.rbe.min-edu.pt/np4/publicacoes_rbe/

Nota:

1- Avaliação do Programa Rede de Bibliotecas Escolares - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, 2009

Fotos retiradas de "Portugal, 1986/2010 Government Policies - a long walk to significant School Libraries for all"

A Mediateca Escolar da Escola Secundária de Matias Aires

• **Gina Rodrigues**

Professora Bibliotecária

A Escola Secundária com 3º Ciclo do Ensino Básico de Matias Aires (ESMA), integrada no recém criado Agrupamento de Escolas Agualva Mira Sintra, localiza-se na cidade de Agualva-Cacém, Concelho de Sintra. Trata-se de uma escola com 25 anos de história, integrada nos subúrbios da capital, numa região densamente povoada com residentes oriundos de diferentes partes do país e do mundo, particularmente dos países da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP). A ESMA insere-se, assim, numa comunidade com graves carências socioeconómicas e com crescimento do número de famílias em situação de risco.

Deste modo os alunos estão integrados em contextos familiares muito diversos, quer do ponto de vista cultural (multicultural, multiétnico), quer do ponto de vista económico, com carências várias, sendo que 48% dos alunos são beneficiários da Ação Social Escolar (ASE). As suas expectativas são, por isso, baixas, confrontando-se com múltiplos problemas, destacando-se a falta de assiduidade, a indisciplina e o insucesso escolar, fundamentalmente no ensino básico.

É neste contexto, e procurando dar resposta a estes e outros problemas, que o Projeto Educativo de Escola 2011-2014 estabelece, entre outros, como objetivos: incentivar



Foto retirada do blogue da Mediateca Escolar da ESMA

o sucesso escolar e promover o desenvolvimento saudável e a cidadania pró-ativa.

Mediateca Escolar

A Mediateca Escolar (ME) assume-se como um espaço educativo indispensável ao desenvolvimento da missão de Escola. Assim, a ME, como núcleo de organização pedagógica, apoia o desenvolvimento do Projeto Educativo de Escola, o Projeto Curricular de Escola e os Projetos Curriculares de Turma, definindo, no seu regulamento, como prioritários os seguintes objetivos:

- Tornar este espaço num verdadeiro centro de recursos ao dispor da comunidade escolar (alunos, professores e funcionários) e de toda a comunidade educativa em geral,

permitindo-lhes o acesso à consulta e leitura de livros e publicações periódicas, contribuindo deste modo para dar resposta às necessidades de informação, lazer, educação e pesquisa dos seus utilizadores;

- Dotar a escola de equipamentos e de um fundo documental diversificado e atualizado, capaz de responder às necessidades e interesses dos seus utilizadores;
- Desenvolver o prazer da leitura e o interesse pela Ciência, Arte e Cultura;
- Desenvolver nos alunos competências e hábitos de trabalho, baseados na consulta, tratamento e produção de informação;
- Promover as condições para a realização de trabalhos de estudo e de pesquisa individual ou em grupo;
- Possibilitar condições para que

os professores possam planificar as suas atividades de ensino;

- Associar à leitura, o gosto pelos livros, o uso das novas tecnologias de informação e a frequência da Mediateca Escolar ao lazer e à ocupação dos tempos livres;
- Proporcionar situações que permitam a reflexão, o debate, a crítica, o convívio entre os diversos utilizadores e/ ou outras instituições convidadas a colaborar;
- Realizar atividades de animação e dinamização cultural;
- Apoiar estratégias de ligação da escola à comunidade e de estabelecimento de parcerias com outras instituições.

Formação para a leitura e para as literacias

Por seu turno o Plano de Ação para o quadriénio 2009/2013 estabeleceu como Área de Intervenção Prioritária a “Formação para a leitura e para as literacias” procurando dar resposta a um dos maiores problemas identificados no Projeto Educativo de Escola e já referido: o insucesso escolar.

Para operacionalizar os objetivos anteriormente referidos a ME desenvolve um conjunto de atividades, a maior parte das quais em parcerias com outras estruturas e agentes educativos, atividades estas que integram o Plano Anual de Atividades da Escola (PAA). Muitas delas tornaram-se rotinas, a saber:

- **Feiras do livro:** uma no Natal e outra, mais pequena, na semana da leitura;
- **Exposições** várias, desde trabalhos desenvolvidos pelos alunos, a exposições cedidas por instituições a outras produzidas pela própria ME;
- **Celebração de dias especiais,** nomeadamente, o dia de S. Martinho, Natal, dia dos namorados, dia internet segura, dia do livro, dia internacional da diversidade cultural, entre outros;
- **Concursos/torneio:** concurso contos e poemas de Natal, concur-

so interno de leitura, concurso nacional de leitura, concurso de damas, concurso de xadrez e outros;

- **Conversas com escritores e outras personalidade do mundo da cultura,** sendo que já estiveram connosco, entre outros, Teresa Maia Gonzalez, Alexandre Honrado, José Luís Peixoto, Margarida Botelho, Miguel Real, João Ricardo Pedro, uns com o apoio da Câmara Municipal de Sintra, outros com o apoio das editoras/distribuidoras de livros com quem trabalhamos, que assim proporcionaram aos nossos alunos momentos verdadeiramente únicos e inesquecíveis;

- **Semana da leitura,** promovida pelo Plano Nacional de Leitura, celebrada normalmente na primeira semana de março, onde se concentram um conjunto de atividades diversas promotoras do livro e da leitura;

- **Jornal Atitudes,** jornal de referência da ESMA, nascido no ano letivo de 1991/1992, memória do que melhor se tem feito na escola ao longo de mais de vinte anos, cuja coordenação tem sido feita pela equipa da ME nos últimos quatro anos, e que desde o presente ano se encontra também disponível em formato digital na página da escola, sendo publicado uma vez por período;

- **Boletim informativo** que integra o jornal Atitudes e cujo objetivo principal é divulgar as novas aquisições para o fundo documental.

Para além destas atividades que se tornaram rotina em quase todas as Bibliotecas Escolares, gostaríamos de salientar algumas, quer umas pelo seu caráter inovador, quer outras pelo impacto que tiveram na comunidade educativa:

- **Livros de mão em mão** – projeto cujo objetivo visa a recolha e empréstimo de manuais escolares usados e que tem permitido resolver carências de muitos alunos nos últimos três anos;

- **Projeto Bons Métodos, Bons Resultados,** projeto no âmbito da literacia da informação que visa contribuir para o desenvolvimen-

to de competências transversais promotoras do sucesso escolar, nomeadamente através da produção e disponibilização de guiões vários (Como fazer uma bibliografia?; Como fazer um debate?; Como fazer um resumo?; Como fazer uma síntese?; Como fazer um cartaz?; Como fazer uma apresentação oral?; Como preparar uma visita de estudo?; Como fazer um esquema?; Como fazer um questionário?; How to do a writing composition?; How to do a composition writing?; e Tips for using a dictionary?; Como construir um Portefólio Eletrónico?; Como utilizar o Hotpotatoes?; Como Utilizar o PORTDATA; Como interpretar uma imagem?; Como fazer um livro de histórias?; Como ligar a arte à Infância? e Como utilizar o Portal do INE?), guiões disponibilizados na plataforma moodle da escola. Igualmente foram dinamizadas sessões de divulgação para turmas e para professores. Este projeto foi premiado no âmbito Programa de Apoio à Qualidade Escolar (Medida 4) promovido pela Câmara Municipal de Sintra;

- **Conversas ao fim da tarde** – sessões de reflexão e partilha informal em torno de temas de interesse para a Comunidade Educativa com a presença de alunos, professores, funcionários, pais/encarregados de educação, elementos do meio local, sempre que possível. Nos quatro anos de realização destas conversas, debateram-se, entre outros, os seguintes temas: “Indisciplina na escola, diferentes olhares”; “Motivar, eis a questão”; “Os livros da nossa vida”; “O papel das Ciências Sociais Humanas na formação dos cidadãos”; “O PIEF é isto”; “Intervenção social e voluntariado”; “Repensar a escola”; “Crianças e jovens na internet” e “Mixórdia de (Ma)temáticas”. De sublinhar que embora as primeiras conversas tenham sido propostas e dinamizadas pela equipa da mediateca, a partir de dada altura a escola apropriou-se do conceito e começou, ela própria, a propor e dinamizar sessões.

- **Newton gostava de ler!** Este projeto que se encontra no seu ter-

ceiro ano de vida, nasceu na região centro do país e resultou de uma parceria entre a Universidade de Aveiro, a Fábrica de Ciência Viva de Aveiro, a Rede de Bibliotecas Escolares e assenta na convicção de que o conhecimento científico é decisivo para o avanço das sociedades e de que a biblioteca escolar garante condições para emanar ciência. Depois desta experiência de dois anos na região centro, o projeto alargou-se, no presente ano letivo, ao Concelho de Sintra tendo-se, aos parceiros iniciais, juntado o Centro de Ciência Viva de Sintra, a Câmara Municipal de Sintra e 10 agrupamentos de escolas num total de 26 bibliotecas escolares integradas na Rede de Bibliotecas Escolares. Foi assim que a nossa Biblioteca Escolar/Mediateca Escolar, como espaço de aprendizagem que é, se transformou, temporariamente, numa espécie de laboratório, onde com materiais simples e acessíveis, e de uma forma divertida, se fizeram experiências concretizadas em sete sessões que tiveram como ponto de partida a leitura de um livro ou excerto dele, em cujo conteúdo a ciência esteve sempre presente. Neste primeiro ano foi escolhida como turma piloto uma turma de sétimo ano acompanhada pelas professoras de Ciências da Natureza e de Ciências Físico/Químicas, havendo a possibilidade, de num futuro próximo, este projeto se alargar a outras turmas.

Uma biblioteca escolar moderna é fundamental

A ME integrou a Rede de Bibliotecas Escolares no ano de 2000, tendo na sequência dessa integração recebido uma verba que nos permitiu, à época, não só reorganizar e modernizar o espaço, como também adquirir equipamentos e investir na atualização e enriquecimento do fundo documental. A preocupação em modernizar o espaço e em investir em novos recursos tem sido uma constante da equipa da ME que tem contado com o apoio financeiro dos órgãos

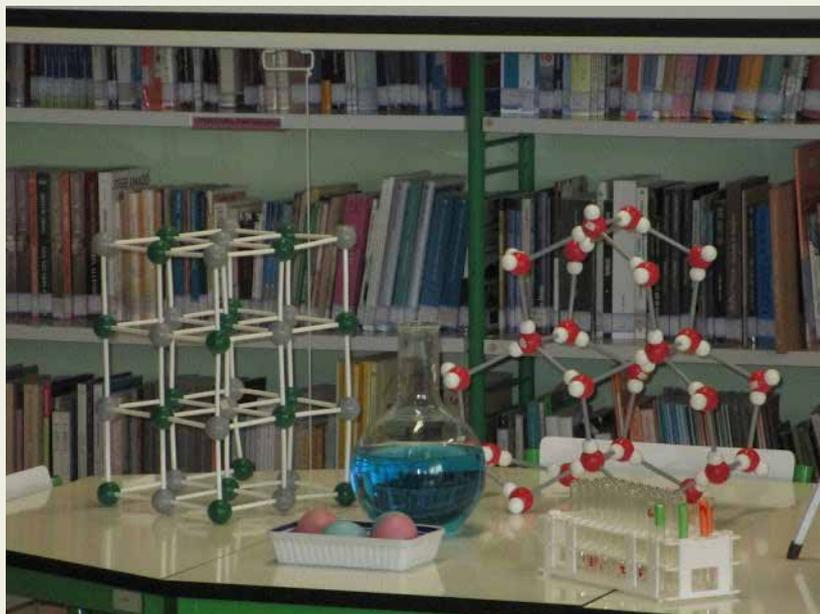


Foto retirada do blogue da Mediateca Escolar da ESMA

de gestão da escola, da Câmara Municipal de Sintra e do Plano Nacional de Leitura, para além das verbas resultantes dos serviços prestados à comunidade educativa, nomeadamente através de fotocópias/impressões e encadernações. De sublinhar o papel indispensável da Rede de Bibliotecas Escolares e da Rede Concelhia de Sintra, de que fazemos parte, na dinamização de momentos continuados de formação e partilha de experiências que tem constituído um importante motor no desenvolvimento de boas práticas, nomeadamente na promoção das diferentes literacias (informação, tecnológica e digital) que nos tem permitido dar importantes passos, na construção de ferramentas da WEB 2.0, conscientes da importância que as mesmas têm na divulgação de atividades e na disponibilização de recursos, nomeadamente o moodle, blogger, twitter, facebook, diigo e scoop.it. Muito positiva foi também a produção, em 2009, de legislação específica, particularmente a publicação da Portaria nº 756/2009, que permitiu a criação da figura do Professor Bibliotecário e veio garantir que recursos qualificados e especializados assegurem a gestão e dinamização das bibliotecas escolares.

Uma biblioteca escolar moderna, dinâmica e bem equipada é funda-

mental para o sucesso escolar dos nossos alunos e, ainda o é mais, em escolas localizadas em áreas social e economicamente desfavorecidas, onde só através delas muitos alunos tem acesso a recursos educativos que de outra forma não poderiam usufruir. ■

Uma biblioteca escolar moderna, dinâmica e bem equipada é fundamental para o sucesso escolar dos nossos alunos e, ainda o é mais, em escolas localizadas em áreas social e economicamente desfavorecidas, onde só através delas muitos alunos tem acesso a recursos educativos que de outra forma não poderiam usufruir

Sim, não, mas talvez...

Joaquim Jorge Veigunha

Em 10 de maio de 2013, o Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida (CNEV) emitiu um Parecer sobre a Alimentação Compulsiva de Reclusos em Greve da Fome. O CNEV inicia a sua exposição com a referência ao nº3 do artigo 35º do Código de Execução de Penas e Medidas Privativas da Liberdade que considera que “poderão ser coativamente impostos tratamentos médico-cirúrgicos no caso de “existir perigo para a vida ou perigo grave para a saúde do recluso se o seu estado lhe retirar o discernimento necessário para avaliar o seu sentido e alcance da recusa” (p. 2). Desde logo, este artigo caracteriza-se pela sua manifesta unilateralidade, pois, com o argumento de que o estado de saúde do recluso lhe pode retirar discernimento para decidir autonomamente, subtrai-lhe o direito a prolongar a greve da fome para além de um determinado limiar e, consequentemente, legitima a alimentação forçada para ‘salvá-lo’

da morte ‘inevitável’. No entanto, se o recluso iniciou livre e conscientemente esta greve e não manifesta intenção de interrompê-la, é óbvio que não cabe à administração prisional opor-se à realização da sua vontade antecipadamente expressa num momento em que este se encontra debilitado e impotente para se pronunciar. De facto, o que a move não é o humanismo, mas o facto de não considerar o recluso como um sujeito livre capaz de autodeterminar-se, como sucedeu recentemente com a alimentação forçada de prisioneiros na prisão norte-americana de Guantánamo. O CNEV apercebe-se desta interferência abusiva sobre a vontade do recluso quando invoca a Lei das DAV (Diretiva Antecipada da Vontade) em contexto prisional. Esta consiste na “manifestação, feita em documento da vontade, consciente, livre e esclarecida de o outorgante vir a receber, ou não receber, certos cuidados de saúde, no caso de, por qualquer razão, se encontrar incapaz de expressar a sua vontade pessoal e autonomamente,

nomeadamente quanto a ser submetido a tratamento de suporte artificial das funções vitais” (p. 6). No entanto, esta Lei revela algumas ambiguidades não constituindo garantia suficiente para que a vontade do recluso seja respeitada. Em primeiro lugar, o recluso não tem conhecimento antecipado se vai ou não fazer uma greve da fome, já que esta surge sempre em consequência de circunstâncias imprevistas. Em segundo lugar, a ‘declaração expressa’ da vontade do recluso coincide com o início da greve da fome, não se justificando que este seja obrigado a assinar um documento, pois não se sabe quando ela acabará e, consequentemente, não está em condições de dizer se a quer ou não levar até ao fim. Uma declaração deste tipo poria em causa o próprio direito do recluso à greve da fome, já que este admitiria explicitamente que esta não poderia ultrapassar os limites que pusessem em causa as suas funções vitais, o que acabaria por reduzi-la a uma espécie de ‘capricho’ do prisioneiro para pressionar as autoridades prisionais a satisfa-

zerem as suas reivindicações. Eis como a greve da fome não apenas perderia a sua eficácia, mas também a sua característica de solução de último de recurso assumida pelo recluso quando todas as outras se revelaram incapazes de satisfazer uma ou várias reivindicações que revestem para ele uma importância significativa que está disposto a abdicar da própria vida para as conseguir alcançar. Apenas nestas condições e não noutras a greve da fome tem sentido. Negá-las ou tentar sub-repticiamente desvalorizá-las significa retirar-lhe todo o seu significado simbólico.

O CNEV defende a “autonomia da pessoa humana, pensada em termos éticos e abstraindo de considerações religiosas”, mas considera simultaneamente que “é porém necessário que a sua vontade seja antecipadamente expressa de modo consciente, livre e esclarecido, em condições semelhantes àquelas em que o pode fazer qualquer outra pessoa que preveja a possibilidade de uma situação em que, por motivo involuntário, as suas funções vitais só «artificialmente» possam ser mantidas” (p. 7). Esta elucubração não é convincente, já que para além de estar eivada de um formalismo que a desqualifica à partida – como se o recluso tivesse que fazer um requerimento em papel selado como registo da sua vontade ‘consciente, livre e esclarecida’ de que vai iniciar a greve da fome –, introduz uma condição que este nunca poderá aceitar, pois nunca poderá prever o momento em que ele próprio ou pessoas numa situação semelhante à sua poderão perder o controlo das suas funções vitais. Cabe aos médicos determinar este momento e, apesar do seu código deontológico lhes prescrever a salvação da vida humana, devem, porém, neste caso respeitar a vontade do recluso que iniciou a greve da fome.

Respeitando formalmente a autonomia do prisioneiro o CNEV acaba por pô-

-la, de facto, em causa, apesar de todos os seus apelos à ética e de jurar solenemente que se abstrai de considerações religiosas. O Conselho considera que “o facto de o recluso tomar a decisão «de se deixar morrer à fome» está normalmente ligado à sua situação de reclusão e esta pode implicar um grau de autodeterminação reduzida. Por outro lado, há que ter em conta a grande desproporção existente entre o bem em perigo (a vida) e as finalidades que o recluso visa obter com a greve da fome. Na dúvida sobre a existência de uma vontade livre esclarecida, a administração e os funcionários prisionais têm o dever de intervir para impedir que a morte se verifique” (p. 9). Apesar das considerações moralistas dos ilustres membros do CNEV, o direito do recluso a recorrer à greve da fome é posto em causa precisamente no momento em que se associa a situação de reclusão à redução do grau de autodeterminação do prisioneiro. Pelo contrário, é precisamente a situação de reclusão que potencia a capacidade de autodeterminação do recluso, quando o único recurso que lhe resta para satisfazer uma reivindicação a que atribuiu um valor de tal forma elevado que está disposto a sacrificar a vida não é outro do que prosseguir a greve da fome até às últimas consequências. Entramos, por conseguinte, na esfera do que poderíamos chamar ‘liberdade transcendental’ do recluso, essa liberdade que não teme a morte, que nenhuma administração carcerária poderá violar.

Certamente que o CNEV admite que “mantida persistentemente a recusa, de modo que não ofereça dúvidas sobre a aceitação lúcida de todos os seus efeitos, e sobrevindo o momento da perda de consciência, a alimentação artificial do recluso está, em princípio, eticamente excluída” (p.10). No entanto, como que arrependido por esta ‘ousadia’, logo desmente o que tinha antes defendido quando afirma: “Mas pode ocorrer

uma alteração dos pressupostos em que a manifestação da vontade teve lugar. Figure-se por exemplo a hipótese de entretanto ser satisfeita, ainda que parcialmente, uma reivindicação do recluso, mesmo que não em consequência da greve desencadeada. Neste caso, estando ele já impossibilitado de se pronunciar, a alimentação artificial é eticamente aconselhável, e não alimentar o recluso pode até constituir uma grave falta ética aos deveres de cuidado que impendem sobre a autoridade prisional” (p. 10). Estas considerações são sob o ponto de vista lógico absurdas.

Em primeiro lugar, se a greve da fome implica várias reivindicações, não é a satisfação de algumas delas que autoriza a administração prisional, agora convertida em máxima representante da ética, a boicotá-la, pois ninguém faz uma greve da fome para ficar a meio do caminho, a não ser que decida interrompê-la. Em segundo lugar, quando a reivindicação ou as reivindicações que a suscitaram são efetivamente satisfeitas, a greve da fome cessa e, conseqüentemente, também a possibilidade do recluso ser alimentado artificialmente. Eis como, por detrás, das boas intenções do CNEV se esconde uma mentalidade ambígua que acaba por legitimar, em nome de um direito constitucional, o direito à vida (p.7) que não se aplica a este caso, mas à proibição da pena de morte, a intromissão das autoridades prisionais na esfera inviolável da liberdade transcendental do indivíduo encarcerado. ■



“Apaixonei-me pelo ensino artístico”. Estrela Novais começou a ensinar expressão dramática na Escola D. Pedro V, em 1992. Um convite que, na altura, pensou mesmo recusar. Hoje, como repetiu múltiplas vezes ao longo da entrevista que nos concedeu, o ensino artístico é para ela uma paixão. Paixão que transmite igualmente aos seus alunos.

O ensino artístico como paixão

Ligia Calapez
Jornalista

“O que é importante para mim, ao ensinar, é descobrir a criança que começa, na adolescência, a ser adormecida. Com os tabus, com os preconceitos, muitas vezes a falta de autoestima. Lidar com isso e despertar a criança que existe em nós, é o fundamental nas áreas artísticas”.

Neste processo de ensino-aprendizagem, Estrela Novais valoriza, particularmente, a relação que se estabelece entre professor e alunos, uma partilha que se vive no quotidiano. “Ao mesmo tempo eu própria fazia uma reciclagem”, sublinha. Como atriz, como profissional. “E volto também ao zero – à criança. Brinco com eles, divirto-me. Também choro. Passamos por muitos estados de espírito. Nas aulas, há uma verdade sempre muito presente, uma grande lealdade, uma grande transparência. Penso que devo a eles talvez dos melhores momentos da minha vida”.

**Imaginação, criatividade, interesse
Tudo isso aumenta a qualidade do ensino**

Às oficinas de expressão dramática, com que Estrela Novais se iniciou no ensino artístico (e que preferia, porque não havia o objetivo de exercer uma profissão, “mas sim brincar, divertir-se, encontrar a sua personalidade, descobrir capacidades desconhecidas”), seguiram-se os cursos técnico-profissionais.

Mas, em qualquer destas situações, ressaltam as características que o teatro potencia em quem nele se envolve.

“Durante todos estes anos, os que vêm para esta disciplina, apaixonam-se logo pelo teatro. E essa paixão é muito importante, porque, a partir desse momento, têm que se apaixonar pelo ser humano. Serem mais tolerantes. Eu tenho que gostar de qualquer personagem, mesmo que seja má. Porque é que ela será má? Encontrar uma justificação sempre. Para aceitarmos o ser humano. Tolerância para com o ser humano”.

Uma paixão que envolve ainda outras características particularmente importantes para o desenvolvimento da pessoa. E para a qualidade das aprendizagens.

“Ter espírito coletivo – todos nós somos importantes – o que faz o som, o que arranja a roupa, o que vai vender o espetáculo. A observação – o estar atento ao quotidiano, ao social, no mundo tão individualista que hoje existe. Participar em coisas coletivas. Ler. Refletir.”

Acresce que um ator precisa de cultura. “O teatro exige o hábito de ler, o gostar de ler, o gostar de decorar (ginástica de memória), ter curiosidade. Pensar, por exemplo – *como é que eu vou vestir a minha personagem? Como é que era naquela época?* Não é só decorar o texto. É preciso saber quem é o autor, em que época viveu. Entrar na pele. É um trabalho de conjunto que valoriza muito a pessoa”.

Imaginação, criatividade, curiosidade, gostar de aprender – são atributos que o teatro desenvolve. E que, necessariamente, se refletem na forma de estar e ser. E na qualidade das aprendizagens.

Para Estrela Novais, trabalhar com os alunos é também uma reciclagem. E um prazer.

“Eu, às vezes, rejuvenesço. Porque, por exemplo, quando estou a fazer um exercício com eles, ou um jogo, também estou a vir para trás no tempo. Aprendo muito. É uma dádiva. É mútuo. E surpreendo-me e gosto muito que eles me surpreendam. Tento sempre trabalhar o máximo possível a imaginação – que têm lá dentro, no fundo. Encontrarem-se”.

As aulas, são eles que as fazem

Há muitas inscrições, todos os anos. Mas não entra quem quer. O curso de teatro, não é um curso fácil. “Porque trabalha com muita coisa – com a alma, com a verdade, com as emoções”.

Por sugestão de Estrela Novais, realiza-se previamente um casting – uma prova de seleção. O casting funciona, “porque seleciona as pessoas pela sua sensibilidade”.

Depois, inicia-se o trabalho. Que pode começar por um pequeno texto. “Todas as aulas do primeiro ano de interpretação, eu peço que tragam um texto. Qualquer texto. Pode ser uma receita, uma frase que viram escrita numa parede, pode ser uma coisa anónima, o que quiserem”. Mas esta pequena semente irá dar bons frutos. “Ao fim de um ano, o dossier que vão construindo já tem uma grande riqueza.”

No último ano, os alunos têm um caderno de observações. Que implica uma atenção permanente ao quotidiano. “Eles começam a observar, por exemplo, como é que as pessoas se movem no metro,



como estão sentadas, ou impacientes. Observações que envolvem também diálogos ouvidos. Ou a maneira como, às vezes, alguém mexe no livro, como lê o livro ou finge que está a ler”.

Aparece de tudo. “Observações maravilhosas. E, às vezes, acontece que estão a ensaiar uma peça e dizem – *encontrei a minha personagem*. Porque as personagens só são creíveis se as tiverem visto. Elas existem. Estas pessoas que estão no papel existem. É uma questão de se andar atento”.

No fundo, “esse caderno de observações será a memória da adolescência deles”. As aulas “são eles que as fazem”, diz Estrela Novais. Dependem de “quanto maior for a riqueza do que trazem para ler, para partilhar”.

O trabalho de representação inicia-se logo. As aulas começam, na prática, em outubro. E o espetáculo será em dezembro.

“Aí é muito interessante a parte do professor, que tem que descobrir o espetáculo que serve para eles”, diz Estrela Novais. “No fundo – temos que ser rápidos a conhecê-los. Em 15 dias tenho que ter uma noção de que texto é que posso fazer com eles. Nunca venho com nada pré-concebido. Por isso é que eu gosto deste trabalho – porque é um desafio. O que é que eu hei de fazer com eles? E quase sempre funciona”.

Um outro método fundamental é, no segundo ano de curso, testar a autonomia dos alunos. “Vamos supor que estamos com Shakespeare. E eu digo para lerem vários textos e escolherem uma cena que, depois, têm que a apresentar. Podem escolher os papéis, entre colegas. Organizam-se. Tratam de tudo”.

É uma forma de preparação para a PAP (prova de aptidão profissional), no final, no último ano. “No fundo, no 2º ano, eu estou a prepará-los para a PAP. Para te-

rem segurança – de que são capazes de escolher o que querem”.

Sei que saio daqui uma pessoa melhor

A “aula mágica” faz parte da metodologia utilizada por Estrela Novais. Uma aula que é feita pelos próprios alunos, em que cada um vai partilhar o balanço dos três anos de curso.

“E houve um que recordou que as personagens de que menos gostava foram as que acabou por gostar mais de fazer. Porque é um desafio. Não ficou na zona de conforto. Teve que mexer em muita coisa, se calhar em coisas que não gostava de mexer. E então as personagens

por que tinha acabado por se apaixonar tinham sido aquelas que, à partida, não lhe tinham agradado. E disse-me uma coisa que me marcou. Foi – *eu sei como entrei nesta escola, perdido, à procura, e sei que saio daqui uma pessoa melhor*.” Um exemplo concreto da grande alegria com que Estrela Novais vive a já longa experiência de ensinar. “Ensinar, para mim... sou feliz. Às vezes ando triste. Depois vejo aquelas caras – é primavera, não é? Abre-se uma janela. E agradeço esta oportunidade. Quando olho para eles, o mundo transforma-se. Com eles ganho coragem, mesmo em momentos duros”.



Grupo de Teatro Nu-Vais

A escola conta agora com um grupo de teatro, pós-laboral, constituído por antigos alunos e que já apresentou a sua primeira peça (“A birra do morto”, 1/3/2013).

Para o criar, Estrela Novais contactou antigos alunos (“pela paixão, porque sabia que havia paixão”).

Um processo lento e difícil. Organizar ensaios não é tarefa fácil e envolve muito sacrifício da parte dos seus participantes. “Tinha uma ideia de que, quando se fazia teatro amador, se podia ensaiar à sexta e ao sábado. A realidade atual não é assim. As pessoas não sabem qual é o horário da semana seguinte, trabalham por turnos. E senti que havia uma realidade muito dolorosa hoje em dia”.

Mesmo nestas circunstâncias adversas, o grupo fez-se. “Humanamente fez-se”. E já está a pensar no que se vai fazer a seguir. ■

O projeto 3D

Todas estas atividades vão dando cor à escola

O projeto 3D, como é designado de há três anos para cá, tem já uma longa história. Teve início em 1990 -, e ganha nova vida, em cada ano letivo, ainda nas férias do verão, ao sabor das pesquisas, dos diálogos, da imaginação, dos seus três promotores. Foi com eles que falámos, na escola secundária Professor José Augusto Lucas, em Linda-a-Velha, depois de uma visita pela sua última realização – uma exposição lindíssima em torno do tema África. Suzete Monteiro, professora de História e de História de Arte, Dolores Alfaiate, professora de Geografia, e Mário Sousa, professor de Desenho, são os protagonistas do projeto de que aqui damos uma breve ideia.



Professor Mário Sousa



Professora Dolores Alfaiate

Lígia Calapez
Jornalista

Uma história construída em equipa, com alegrias e problemas à mistura

Uma conversa que seria sobre a exposição deste ano – e o trabalho que implica e mobiliza alunos e professores, diferentes disciplinas e aprendizagens, ao longo de todo o ano letivo - acabou, muito naturalmente, por se tornar numa espécie de viagem por um projeto que se tem vindo sempre a renovar.

Tudo começou em 1990, com este mesmo grupo de três professores (uma amizade que “vai ser para a vida”, como fez questão de sublinhar Mário). Com uma primeira exposição sobre a Amazônia. “Transformámos o polivalente numa selva autêntica”, lembra Dolores. E Mário acrescenta: “Tivemos que fazer uma es-

trutura com andaimes a envolver todo o polivalente, que cobrimos com rede e depois com vegetação. Fomos buscar dois camiões de vegetação ao jardim tropical de Belém”.

A esse primeiro momento outros se seguiram, com diferentes temáticas. O degelo, os desertos, as fases da lua. Entre outros temas. Cruzando-se e interagindo com outras iniciativas na escola. Como as quermesses, vendas de Natal ou de produtos da horta cultivada por alunos (e que ajudam a financiar o projeto). As visitas de estudo. Os cânticos ou o festival de doces do Natal. Ou o trabalho – implementado em 2012 em torno da “Alice no país das maravilhas” - que envolveu todos os alunos do 7º e 8º ano. E que incluiu, nomeadamente, sessões na biblioteca.

A ideia é sempre, nas palavras de Suzete, “interligar realmente tudo”.

Há três anos, o projeto foi batizado com um nome: 3D. Porquê 3D? Porque há o envolvimento de 3 professores-dinamizadores, 3 disciplinas, 3 dimensões. “Passámos o estudo para a terceira dimensão”,

diz Mário, o grande dinamizador de um projeto que assenta, em grande medida, nas artes plásticas.

O trabalho de equipa – em que cada um tem o seu pelouro – quase não tem pausas... “Em julho já começamos a projetar, escolhemos temas, objetivos, apoios. E começamos os três a funcionar logo, a pesquisar. No fundo, quando vamos para férias já levamos essa incumbência”, diz Suzete Monteiro. De regresso às aulas, há as reuniões semanais da equipa. “Para trocar ideias, projetarmos, vermos o que vamos fazer, o que é viável, o que não é”. E os contactos, constantes, por telefone, por email.

“O Mário entretanto vai preparando a parte cenográfica, que nos vai mostrando. E nós também vamos dando sugestões, dentro das nossas áreas. Por exemplo – que trabalhos é que pensamos expor, tanto da História como da Geografia. Para o Mário poder depois conceber todo o espaço”.

É neste vai-e-vem que o projeto vai ganhando corpo. Com o envolvimento, desde o início, dos alunos. Mas também de



Professora Suzete Monteiro

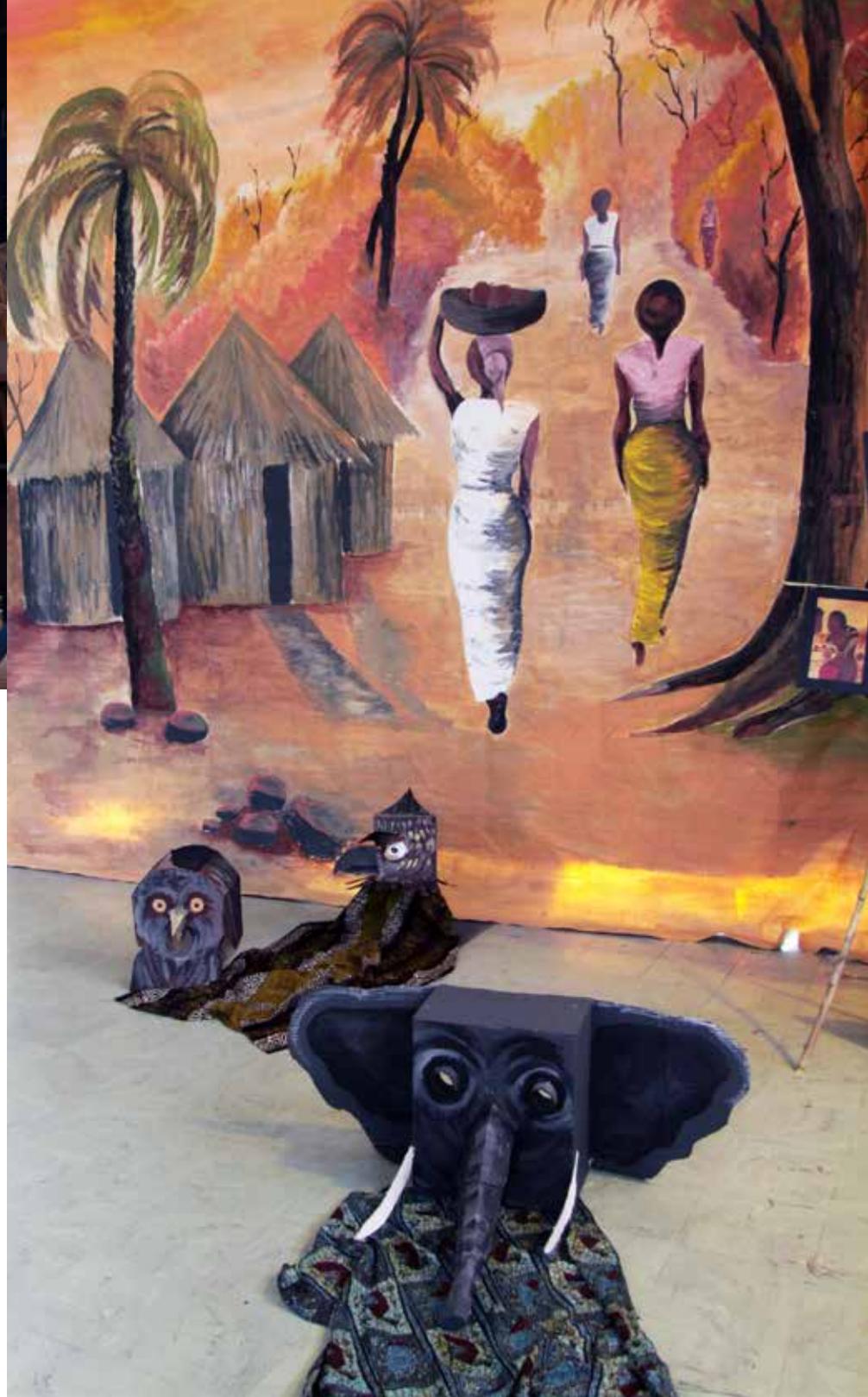
professores, de família, da comunidade escolar.

Esta dinâmica, direcionada para uma exposição como trabalho coletivo, acaba por ter reflexos sensíveis no cotidiano da escola. “Durante o ano letivo, nós dinamizamos muitas atividades. A escola está sempre em movimento connosco”, diz Mário. “De maneira que todas estas atividades vão dando cor à escola”.

Um trabalho extremamente gratificante. Mas a que não faltam também problemas a superar. E as dificuldades com o orçamento são uma delas. Apesar do contributo da escola. Das vendas de produtos vários, que contam com a colaboração e apoio de professores e mesmo de famílias de alunos. “A ginástica que nós temos que fazer! – comenta Mário – Temos que inventar o melhor com o mais baixo preço”.

O lado humano é muito importante

Uma coisa muito importante é o clima que se gera durante todo o processo de



criação e montagem da exposição. “Há uma aproximação muito grande entre nós e os alunos. E eu acho isso extremamente importante”, sublinha Mário. Até pelo seu reflexo ao nível das aulas. Ou no respeito generalizado que se faz sentir perante a exposição e os trabalhos expostos.

“Eles andam sempre todos juntos”, acrescenta Dolores. “Entram na sala de professores. Convivemos todos. Lanchamos juntos”.

Este clima – “o lado humano” da implementação do projeto – faz-se sentir no dia a dia da escola. É o caso do teatro. Mas não só.

“É evidente que todo este trabalho, e a

forma como trabalhamos, tem necessariamente reflexos”. Uma opinião partilhada por Dolores e Suzete. Que enfatizam, nomeadamente, o exemplo do teatro (de que Suzete é responsável).

“Alguns colegas ficam muito admiradas com miúdos que, nas suas aulas, parece não serem bons alunos, não serem interessados. E nós damos o nosso *feedback*, dizendo o muito que fazem connosco. E depois, quando esses colegas vêm ver o teatro, dizem: *parece impossível que o X ou Y estejam a fazer isto*” – comenta Dolores. “E já houve alguns alunos que comentaram – *ah, pois, a professora não veio a nenhuma peça de teatro...* Na



verdade querem mostrar aquilo que são. Talvez achem que no teatro estão no seu melhor e nas aulas não estarão tão bem”. Esta diferente forma de trabalhar, esta outra ligação entre as pessoas, professores e alunos, tem ainda outros corolários positivos. O empenho. O aprender a ultrapassar dificuldades. O sentido de projeto.

No decorrer de um processo que se desenvolve ao longo de todo o ano letivo, os alunos aprendem, por exemplo, “como conseguimos abarcar tanta coisa com um único tema”, como sublinha Mário. Ou ainda novas técnicas, formas de resolver os problemas que se colocam.

“Aprendem técnicas novas quando estão a montar a exposição”, realça Dolores. “E isso é muito importante. Porque, surge um problema – não se consegue montar assim, tem que se montar de outra maneira, não pode ser este material, tem de ser outro. E eles têm que perceber que aquilo que idealizaram nem sempre pode ser”.

Por último – e não menos importante – o grande interesse, também, em continuar.

Um interesse que está patente no envolvimento da comunidade escolar. “Fazemos a primeira peça, eu entro na escola e, passado um bocado, tenho 7 ou 8 à minha volta, que não são meus alunos, a perguntarem-me coisas e a dizerem-me o que os pais acharam, o que os avós acharam, ou a perguntar coisas de ensaio”, diz Suzete.

E o reconhecimento. “Cruzamo-nos na rua, com alunos que estiveram connosco há *N* anos, e eles lembrarem-se dos projetos que fizeram connosco. E das visitas de estudo. Já pessoas adultas – lembram-se desses pormenores”, refere Mário. E Dolores sublinha que “há antigos alunos que vão ao teatro e à exposição com os filhos que agora estão cá na escola”.

O fator tempo

O fator tempo é determinante. E manifesta-se em duas vertentes.

Nas muitas horas extra de trabalho que o projeto implica para os professores (e até para os alunos) envolvidos. No défice de

horas sentido em áreas como Geografia, em que a redução de horário compromete a qualidade do trabalho com os alunos.

“Toda esta exposição – tem a ver com muitas, muitas horas para além das horas que nós temos supostamente de horário. É impensável ser de outro modo. Por exemplo, na montagem da exposição – começamos a montar numa tarde de 4ª feira e foi até domingo à noite (manhã, tarde, noite). Com ajudas de outras pessoas. Também de antigos alunos. Porque isto é muito trabalho”, sublinha Dolores. O mesmo se passa em relação aos cenários – que são feitos no polivalente, na maior parte do tempo fora dos horários das aulas.

A outra vertente do fator tempo é a sua falta, em termos de horário. E que se faz sentir num empobrecimento da componente científica dos trabalhos. “Quando nós tínhamos mais aulas de geografia, mais horas – diz Dolores – eu conseguia, nas aulas, trabalhar com os alunos. Acompanhar o desenvolvimento do trabalho. E dizia – *isto não está bem, tens de fazer de maneira diferente, colocar de maneira diferente, desenvolver de maneira diferente*.

Neste momento não posso fazer isso. Se calhar nem sequer vou conseguir cumprir o programa. Quanto mais trabalhar com eles nas aulas. E, portanto, é evidente que a qualidade do trabalho nunca vai ser a mesma”.



A exposição África

Como de costume, tudo começou ainda nas férias de verão. “Durante as férias, quando, no fundo, já estamos a preparar o ano letivo, a pensar em trabalhos. Lem-

bro-me de o Mário andar a ler *A Confissão da Leoa*, de Mia Couto, em julho, porque já tinha ideia de propor um trabalho aos alunos. Fazemos pesquisa. Vemos que trabalhos propor. E, quando começamos o ano, já temos mais ou menos ideia de como é que vamos orientar e envolver os miúdos”, diz Suzete.

No início do ano letivo, apresenta-se o projeto aos alunos. “Logo nas primeiras aulas confronto-os com o tema do projeto para o ano. Que, neste caso, foi África. – explica Mário - Depois, os trabalhos vão surgindo. Vou tentando abordar as várias técnicas que tenho que dar e as abordagens diferentes – dentro do mesmo grande tema. E é muito interessante porque eles, depois, chegam à conclusão de que conseguimos fazer uma diversidade enorme de trabalhos, só com este tema comum”.

Para o grande tema, confluem depois os mais diversos contributos. No teatro, trabalharam-se autores como Mia Couto, André Neves, ou textos tradicionais da Guiné e de Angola. Em geografia, todos os professores se envolveram, abordando temas que vão da realidade física do continente africano, a aspetos de desenvolvimento, ou ainda – até que ponto os objetivos do milénio estão, ou não, a ser conseguidos em África. Entretanto, refere Suzete, “algumas colegas fizeram um trabalho sobre mulheres exploradoras, em África. E outro sobre os produtos originários do continente africano”. Na verdade “consegue-se envolver grande parte da escola”.

Mário enumera e destaca alguns dos tipos de trabalhos desenvolvidos para a exposição. E as muitas ideias concretizadas.

“Pegando no Mia Couto, um dos trabalhos foi a criação de uma nova capa para o livro. Por outro lado, encontrei alguns provérbios muito sugestivos. Então propus-lhes uma composição gráfica com esses provérbios.

“Depois perguntei-lhes se eles sabiam o que era um caleidoscópio. E – em consonância com um cenário que queria fazer com flamingos – sugeri que imaginásse-



mos que as peças desse caleidoscópio eram asas e cabeças de flamingos. Pensei também num trabalho em torno das linhas aéreas de Madagáscar. E disse: *vamos lá tentar fazer um design novo para essa companhia aérea.*

“Fizeram também um estudo para um selo para os correios de Angola. Com base numa espécie – que é a Acácia Rubra.

“Os trabalhos em esferovite – baixos relevos a que demos tonalidades que sugerem madeira - foram baseados na obra do artista plástico moçambicano Malangatana. Estivemos a ver várias pinturas deste pintor. E depois de eles, mais ou menos, perceberem a linguagem do pintor – criaram, em esferovite, um baixo-relevo”.

À laia de conclusão

Para Suzete, o mais importante é “a beleza, a harmonia do todo”. E, ainda, “a ligação, que passa a existir, entre nós os três, entre nós e todos os intervenientes, que considero fundamental”.
Uma ideia partilhada por todos.

Mário sublinha ainda outra vertente: “o que para mim é extremamente gratificante é ver aquilo que eu comecei a conceber com rabiscos – a crescer. E ter a sensação de que se conseguiu transmitir e fazer chegar às outras pessoas a nossa ideia. E depois executá-la. E enriquecê-la”.

À laia de conclusão, Dolores relata uma história, real, que tem a ver com as novas formas de comunicação. No caso, o facebook.

A escola também está no facebook e divulgou as imagens desta exposição, com o tema *África*.

E então aconteceu que “pessoas que não conhecem a escola de lado nenhum, sentiram-se representadas, porque são africanas. Houve quem dissesse, por exemplo: *sou africana e gostei imenso do trabalho que vocês fizeram*. E houve quem perguntasse – *onde é que é esta escola?*

É gratificante ver que, só através das fotografias, conseguimos sensibilizar pessoas para este trabalho”.

“Acho que é um *ir mais além*”, concluiu. ■



Um balanço da luta dos professores

Acreditar no futuro é essencial!



“As perspectivas, num futuro próximo, serão mais de resistência que de avanços para os professores e para a escola. Acreditar no futuro é essencial!”. É com estas palavras que Anabela Delgado, da direção do SPGL, define as perspectivas de futuro, numa breve entrevista de balanço da luta dos professores.



El – Tendo em conta o envolvimento e participação dos professores e os resultados obtidos, que balanço político se poderá fazer desta luta?

Anabela Delgado – O balanço é claramente positivo já que o inequívoco envolvimento dos professores no processo de luta conduziu a um processo de negociação suplementar de matérias muito precisas – a mobilidade especial e o aumento do horário de trabalho – em que o governo, confrontado com a posição de firmeza dos docentes nas escolas, se viu obrigado a assumir com clareza compromissos com as organizações sindicais que significam um claro travão à aplicação de medidas que, tal como estavam pensadas pelo governo, levariam inevitavelmente, a muito curto prazo, ao despedimento de milhares de docentes, qualquer que fosse o vínculo contratual com o MEC.

Que consequências poderá ter este processo de luta ao nível da luta mais geral dos trabalhadores do nosso país contra as atuais políticas do governo e troika?

Sem dúvida que a luta desenvolvida pelos docentes deu um sinal inequívoco

à sociedade de que a aplicação das políticas impostas pelo governo em nome da troika, sem qualquer respeito pelos trabalhadores, não é uma fatalidade! Com esclarecimento, organização e solidariedade na luta, julgo que os docentes demonstraram que é possível obrigar o governo a repensar as medidas que pretende impor, num quadro de verdadeira negociação, isto é, no respeito pelos parceiros sociais, neste caso, as organizações sindicais.

Quais os ganhos reais obtidos? Que pontos do compromisso registado na ata, poderemos destacar?

Para além de limitar o âmbito geográfico da mobilidade dos docentes, por iniciativa da administração, a limites aceitáveis e de adiar a aplicação da chamada requalificação profissional vulgo mobilidade especial, para 2015, o governo assumiu o compromisso de alterar o despacho sobre a organização do ano letivo, imposto, sem qualquer negociação, em aspetos com significativo impacto no número de docentes necessários às escolas. É o caso do retorno das horas de direção de turma à componente letiva dos horários e a assunção clara de que o eventual au-

mento do horário para 40 horas só tem impacto na componente de trabalho individual. Também a não atribuição de horário letivo aos docentes que requereram a aposentação é uma medida com impacto inequívoco no número de horários disponíveis nas escolas.

Que riscos se mantêm?

A imposição a toda a administração pública da mobilidade especial e do aumento dos horários para 40 horas são riscos que continuam a pairar sobre todos nós. Por isso, ficou claro na ata final que, apesar dos ganhos obtidos, os docentes continuam a rejeitar aquelas medidas num quadro mais geral e, em consequência, desenvolverão ações em vários planos para impedir a sua aplicação a qualquer trabalhador.

O MEC pretende fazer crer que há muito admitia aceitar as posições agora registadas na ata negocial. Queres comentar?

Essa postura faz parte da encenação montada pelo MEC com o objetivo de desacreditar os sindicatos, fazendo crer que estes teriam usado os docentes numa luta sem sentido, como se estes



fossem ignorantes! Porém, a título de exemplo, os professores conhecem bem o despacho 7/2013 sobre a organização do ano letivo, mandado publicar à pressa, antes da greve de 17 de junho, para fazer crer que não estava em marcha o aumento do horário dos docentes, prova disso era o facto da componente letiva se manter inalterável. Esqueceram-se os responsáveis do MEC que os docentes são pessoas esclarecidas e que sabiam bem que o despacho não poderia alterar o horário de trabalho enquanto o mesmo não fosse aumentado por via da proposta de lei que está na Assembleia da República para aprovação... Não se saiu bem o governo e a verdade é que, em resultado da luta e do processo negocial, o MEC terá de alterar o referido despacho e alguns dos pontos da proposta de lei que entregou na Assembleia da República sobre a mobilidade especial.

Que balanço se poderá fazer das reações, a esta luta, de pais, alunos e comunidade escolar?

Penso que também nesse plano a estratégia do governo falhou. Apesar de toda a dramatização feita em torno da greve de 17 de junho, data de exames

nacionais, a verdade é que as posições mais críticas dos pais evoluíram à medida que os sucessivos discursos do ministro da Educação na comunicação social exprimiam ideias contraditórias. Quanto aos alunos, apesar das inevitáveis perturbações que terão sentido pela incerteza quanto à data da realização do exame, não apareceram opiniões acusatórias aos professores, sendo significativa a opinião expressa por um aluno à comunicação social "... eles estão em greve mas não são nenhuns estafermos". É que os alunos sabem que nas escolas, em momentos de dificuldade, os professores estão lá para os ajudar. Não acreditam por isso que esses mesmos professores os queiram prejudicar! Lutar em defesa de direitos também é uma forma de educar para uma cidadania plena, não temos de nos envergonhar.

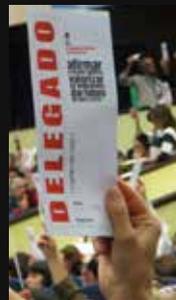
Quais têm sido as reações nas escolas e entre os professores ao resultado final das negociações?

As reações são positivas. Os professores estão satisfeitos, sentem que o esforço que fizeram foi decisivo para o resultado obtido. Entenderam o esforço que, em pleno período negocial lhes foi

pedido, nomeadamente nos dois últimos dias de greve – 24 e 25 de junho! Sindicalmente foi possível criar ligações em escolas onde o trabalho sindical tem sido mais difícil. Esta luta, dirigida pelo movimento sindical, contou com a participação, nomeadamente ao nível da organização no terreno, com muitos professores não sindicalizados e isso é significativo! Ao nível das direções das escolas, numa forma geral, são reconhecidos os efeitos positivos do que foi alcançado nomeadamente no que respeita à organização dos horários no próximo ano letivo.

No quadro atual, que perspetivas se apresentam aos professores e à escola pública?

A escola pública é um bem essencial à sociedade. Em tempos de crise, como se vive atualmente, a escola é obrigada a responder ainda a mais desafios, quase sempre com menos meios. As perspetivas, num futuro próximo, serão mais de resistência que de avanços para os professores e para a escola. Acreditar no futuro é essencial! ■



O filme de uma luta exemplar

O 11º Congresso Nacional dos Professores que decorreu em Lisboa a 3 e 4 de maio deste ano assumiu uma estratégia que se pode hoje considerar plenamente conseguida. Esta estratégia, definida a partir da identificação dos planos considerados fundamentais para a defesa da escola pública e da profissão docente, ficou estabelecida na *Resolução sobre a Ação Reivindicativa* aprovada no último dia do Congresso. Já no período preparatório tinha sido realizada uma auscultação dos professores, sob a forma de um inquérito, cujos resultados foram divulgados durante os trabalhos do congresso e serviram de base a muita da discussão sobre a estratégia de futuro. Recordamos parte da “Resolução sobre a ação reivindicativa”:

AFENPROF, no âmbito da preparação do seu 11.º Congresso e, também, com o objetivo de contestar o governo e as suas políticas educativas, laborais e sociais, promoveu o debate e auscultação dos professores que designou por “Tolerância zero para com o governo e as suas políticas”, solicitando aos docentes que se pronunciassem sobre três aspetos essenciais: i) principais preocupações em relação ao futuro da Educação e da Escola Pública; ii) objetivos considerados prioritários para o desenvolvimento da luta dos professores; iii) lutas consideradas mais adequadas e eficazes para travar a espiral negativa em curso e alterar o curso das atuais políticas governativas.

Das respostas dos professores resultam claras as preocupações em relação:

- Ao futuro da Escola Pública e ao prosseguimento de políticas de matriz economicista;

- Ao futuro da Profissão de Professor, nomeadamente em relação às condições gerais de trabalho, aos horários de trabalho e ao número de alunos por turma;

- Para além de tudo isto, os professores evidenciam grande preocupação com o seu futuro, com a sua vida profissional e social e temem o desemprego, a precariedade, a instabilidade crescente, a mobilidade especial e a manutenção dos cortes salariais e/ou o seu eventual agravamento. Neste quadro tão negro em que também a Educação se encontra e que os professores sentem de forma particular, a FENPROF decide:

- A promoção de uma **Campanha Nacio-**

nal em Defesa da Escola Pública, a realizar entre 14 de maio e 6 de junho, (...) oportunidade, também, de envolvimento dos professores, educadores e investigadores nas respetivas regiões;

- **Apelar a todas as organizações representativas de docentes e investigadores**, sindicais, científicas ou profissionais, bem como outras que intervenham no âmbito da Educação, para se unirem:

a) Pela demissão do atual governo, condição necessária para que se alterem as políticas em curso;

b) Em defesa da qualidade do Ensino e da Educação e contra a degradação das condições de trabalho nas escolas;

c) Em defesa da Escola Pública de matriz democrática e contra a privatização e/ou municipalização do ensino;

d) Contra o desemprego, a precariedade e a crescente instabilidade imposta aos docentes;

e) Contra a aplicação da mobilidade especial – “os professores são precisos nas escolas!”;

f) Contra o aumento do horário de trabalho que degrada o desempenho docente e apenas pretende afastar professores da profissão;

g) Contra novos cortes salariais, pela reposição de salários e subsídios e em defesa das tabelas salariais constantes dos estatutos de carreira;

h) Contra o desmantelamento da Caixa Geral das Aposentações e o aumento dos descontos para a ADSE;

i) Contra o agravamento da situação de aposentação e a redução das pensões.

- A convocação de uma **Manifestação Na-**

cional de Professores, Educadores e Investigadores, propondo-se a convergência entre todas as organizações de professores e a possibilidade desta ter lugar em 22 de junho (mais tarde, e decorrente da estratégia de concertação de posições com todas as organizações sindicais de professores, esta ação foi realizada no dia 15 – **nota da redação**);

- **Face às medidas apresentadas pelo governo em 3 de maio**, a FENPROF apela a todas as organizações sindicais de docentes para, em convergência, ser convocada **greve ou greves**, a realizar este ano letivo, coincidentes ou não com períodos de exames ou avaliações. Dada a complexidade de uma greve neste período sensível do ano letivo, mas, igualmente, face à elevada gravidade da situação vivida pelos professores e as escolas, a FENPROF considera que a convocação desta(s) greve(s) deverá partir de uma ampla convergência entre as organizações que favoreça um quadro de grande unidade entre todos os professores, educadores e investigadores.

No período pós-congresso a FENPROF deu de imediato seguimento à estratégia aprovada e encetou as diligências necessárias de que vieram a resultar a constituição de uma plataforma de organizações sindicais de professores, a definição de objetivos comuns e de uma estratégia reivindicativa.

Neste mesmo período realizaram-se reuniões com representantes dos pais e encarregados de educação, com as comissões parlamentares e com os partidos políticos. A *Caravana em Defesa da Escola Pública*



percorreu todo o país (notícia sobre a sua passagem pelos distritos da área do SPGL na página 29) chamando a atenção da opinião pública para o que de bom, e muito bom, aí se faz em prol das crianças e jovens deste país e, mais, para aquilo que só a escola pública está em condições de realizar – a escola para todos. A caravana promoveu ainda o envolvimento das escolas, dos professores, de muitos alunos e encarregados de educação nesta campanha. No dia 6 de junho terminou em Lisboa. Estavam criadas as condições para que a opinião pública, e muito em particular os alunos e os pais, compreendessem o que se seguiria abstendo-se de considerações que no passado se revelaram muito prejudiciais à luta dos docentes.

No dia 28 de maio, a Assembleia Geral de Sócios do SPGL aprovou, por unanimidade, a adesão às greves. Estatutariamente aconselhada (sempre que possível, como rezam os nossos estatutos) esta consulta aos sócios constituiu um momento em que se percebeu que o sentir de todas as sensibilidades aí presentes convergiam para a luta neste final de ano letivo.

A 7 de junho começaram as greves às avaliações, mais concretamente às reuniões dos conselhos de turma. Antecedidas de reuniões sindicais nas escolas, assistiu-se a uma dinâmica nas escolas que ultrapassou, e em muito, a ação sindical. Autonomamente, os professores organizaram escalas de adesão à greve e, em muitas, a constituição de fundos de apoio aos colegas escolhidos para entrarem em greve em cada reunião. Com um impacto mínimo nos salários conseguia-se um efeito máximo.

Esta greve decorreu ininterruptamente na maioria das escolas portuguesas até ao dia 25. Durante este período geraram-se solidariedades e cumplicidades em cada escola que perduram até hoje. O que Maria de Lurdes Rodrigues tinha dividido este processo de luta voltou a unir. Milhares de reuniões ficaram por realizar. Na área do SPGL e de acordo com o levantamento que diariamente ia sendo feito a esmagadora maioria das escolas tinha aderido a este processo. Os professores estavam unidos e resistiam, diariamente, reunião após reunião.

No dia 15 realizou-se uma das maiores

manifestações de professores. Com menos professores que as de 2010, porque hoje há menos professores no sistema educativo que em 2010 mas igualmente um marco na luta, agora pelo emprego e pelo emprego com direitos e com condições de trabalho. O SPGL tituló, no seu site, a propósito desta manifestação que “Muitos milhares de docentes deram uma lição ao ministro Crato”. E continuava: *Por um dia, a luta firme e corajosa dos professores – tema central da atualidade nacional – saiu das escolas e foi para a rua, numa gigantesca afirmação de resistência e indignação. Largos milhares desceram a Avenida e garantiram: a luta segue dentro de horas com uma grande greve já na próxima segunda-feira, dia 17.*

No dia 17, dia de realização de exames nacionais, realizou-se uma greve geral de docentes. O MEC tentou tudo para que não se realizasse. Convocou serviços mínimos. O Tribunal Arbitral entretanto constituído não lhe deu razão. Convocou todos os docentes dos agrupamentos (incluindo os dos outros ciclos de ensino) para as vigilâncias. As Normas emitidas pelo Júri Nacional de Exames foram “aligeiradas”, indo além da lei e dos regulamentos tantas vezes invocados nesta altura. Valeu tudo: exames vigiados por quem não podia, telemóveis que deviam provocar anulação de provas e que afinal foram tolerados, ambientes impensáveis em dia de exames. E, no entanto, a greve fez-se. Com uma adesão absolutamente histórica – mais de 90%. Muitos exames não se realizaram e muitos só se realizaram com recurso a “furas” provenientes de outros ciclos. O MEC perdeu o braço de ferro com os professores. Pensou que era um braço de ferro com os sindicatos. Enganou-se. Era com os professores. Os sindicatos representavam realmente os mais de 90% dos professores que realizaram esta greve histórica.

E a greve às avaliações continuava. Em apenas dois dias a FENPROF e o SPGL realizaram nova audição aos professores para aquilatar da sua disponibilidade para a continuação da luta. No dia 20 realizou uma reunião aberta, ao ar livre, no Parque Eduardo VII. Continuar a resistir foi a decisão, acompanhando a negociação que entretanto se iniciaria, por imposição direta da luta. E a luta continuou.

Nos dias 24 e 25 a negociação começa a dar resultados concretos. Com o respaldo da luta nas escolas, a FENPROF e as outras organizações sindicais impõem ganhos que vêm a ser consubstanciados numa ata negocial.

A direção de turma volta à componente letiva, as atividades consideradas como letivas para efeito de completamento de horário também o serão para os colegas em “horário-zero”, o sistema de requalificação profissional não se aplicará aos professores até fevereiro de 2015. A existir aumento do horário de trabalho na administração pública esse aumento será exclusivamente na componente não letiva individual dos professores. Não houve acordo porque não poderia haver acordo com legislação que pressupõe aumento do horário de trabalho e o sistema de requalificação profissional, mas ficaram consagrados ganhos negociais só possíveis no quadro de uma luta persistente e corajosa que envolveu a esmagadora maioria dos docentes deste país. No dia seguinte os jornais titulavam a vitória dos professores e a derrota do governo.

No dia 27 estivemos na Greve Geral, a 4ª convocada pelas duas centrais sindicais, a CGTP e a UGT. Contra a estratégia de empobrecimento do país e dos trabalhadores. Por um Portugal com futuro. O SPGL e a FENPROF enquanto lutavam no quadro específico da educação nunca deixaram de estar presentes em todas as iniciativas que noutros quadros se foram desenvolvendo e, em primeiro lugar, no quadro mais geral da CGTP-IN e foi assim que neste dia 27 deram o seu contributo para o sucesso desta forma máxima de luta dos trabalhadores. A adesão dos professores não teve a dimensão que gostaríamos que tivesse tido mas foi igualmente importante.

Poucas semanas depois o ministro Vítor Gaspar demite-se com queixas contra o primeiro ministro. Poucos dias depois foi a vez do Ministro dos Negócios Estrangeiros. À hora a que escrevemos reina a confusão no governo que não se sabe se ainda existe ou já só faz de conta. Os professores evitaram que a anunciada “reforma do estado” se cifrasse num enorme sangramento de professores. Quanto aos restantes trabalhadores da administração pública contarão com a solidariedade ativa dos professores. ■

Conselho Geral discute e aprova relatório e contas de 2012

Na sua reunião do passado dia 23 de maio, o Conselho Geral do SPGL começou por discutir se este órgão se deveria ou não pronunciar sobre a “situação político-sindical e reivindicativa” que então se vivia (greves anunciadas a avaliações e num dia de exame nacional). Após várias intervenções, Paulo Sucena, que preside a este órgão, sintetizou dizendo que não é da natureza estatutária do Conselho Geral a introdução permanente de um ponto de análise da política reivindicativa do sindicato, mas que estará disponível para aceitar fazer um debate aprofundado sobre questões de natureza sindical se tal lhe for proposto.

Face a críticas que apontavam para a não divulgação das decisões tomadas e opiniões emitidas pelo Conselho Geral, a direção apresentou uma proposta, que foi aprovada com 3 abstenções e que estabelece que no final de cada reunião o presidente do CG, com o apoio de quem secretaria, apresentará de forma clara as decisões tomadas de que se dará notícia de imediato na página do sindicato na internet e que nos dias seguintes será enviada a todos os conselheiros uma proposta de ata da reunião, proposta sujeita a correções, de modo a que no prazo de uma semana se conclua a ata de que se dará conhecimento, resumido, no número seguinte do Escola-Informação e integral na página do SPGL na internet.

Proposta de Relatório e Contas de 2012

O tesoureiro, José Alberto Marques, apresentou a proposta de relatório e contas do ano de 2012, que obtivera parecer favorável do Conselho Fiscal. Salientou a quebra do valor da quoti-

zação recebida e o esforço do sindicato no sentido de reduzir as suas despesas. Destacou o facto positivo dos valores apresentados mostrarem um maior equilíbrio orçamental do que o previsto – menor prejuízo. O texto apresentado mereceu palavras elogiosas de vários conselheiros. Foram pedidos esclarecimentos sobre os custos do processo eleitoral (que foram substancialmente diminuídos face a atos eleitorais anteriores) e sobre eventuais financiamentos do sindicato a movimentos ou organizações. Óscar Soares sugeriu a apresentação de um relatório de sindicalização.

Augusto Pascoal lembrou que a quota deve ser considerada como um investimento e não como uma despesa e defendeu que o sindicato deveria desenvolver ações de mutualidade de apoio aos sócios, nomeadamente na velhice, no apoio domiciliário e, para os jovens professores, formação sobre pedagogia e métodos de trabalho. Propôs a realização de seminários e conferências que impeçam o desenvolvimento de opções ideológicas antissindicais, ideias que Rui Curto considerou interessante discutir. José Vargas, reagindo a esta intervenção, sublinhou que o SPGL não tem por missão “prestar serviços” nem substituir-se aos deveres do Estado.

Foram vários os conselheiros que se pronunciaram sobre a situação sindical na área de Santarém, sublinhando o facto de esta direção regional apresentar despesas superiores às restantes mas ser aquela em que é percentualmente maior a queda da sindicalização. Ainda sobre o relatório e contas apresentado, André Pestana questionou o tesoureiro sobre o aumento da despesa com os dirigentes (refeições e transportes), sublinhou a necessidade de contenção de despesas nos atos eleitorais e

solicitou informação sobre a reestruturação do funcionamento do sindicato. Rolando Silva considerou que face à grande redução do número de professores é positivo que o SPGL mantenha um elevado número de sócios e considerou ser necessário reduzir o peso com as despesas de pessoal. Os conselheiros eleitos da área de Santarém responderam às questões suscitadas sobre as despesas e o número de sócios. O tesoureiro respondeu às questões levantadas pelos conselheiros, posto o que o relatório e contas de 2012 foi aprovado com 1 voto contra e 7 abstenções ■

O CONSELHO GERAL NOS ESTATUTOS

COMPOSIÇÃO

(Artºs 86º e 87º)

- Eleitos concomitantemente com eleições para Direção, MAG e Conselho Fiscal: 17*
- Indicados pela direção: 7
- Delegados Sindicais (eleitos): 15

COMPETÊNCIAS

- Aprova as áreas das regiões e zonas sindicais
- Aprova Relatório e Contas e Orçamentos
- Propõe convocação do Congresso, Assembleia Geral de Sócios e Assembleia Geral de Delegados
- Dá pareceres sobre Plano Anual e relatórios intercalares da Atividade Sindical

* Nas eleições de 2012, a Lista A elegeu 10, a B 6 e a C 1

Annus

horribilis

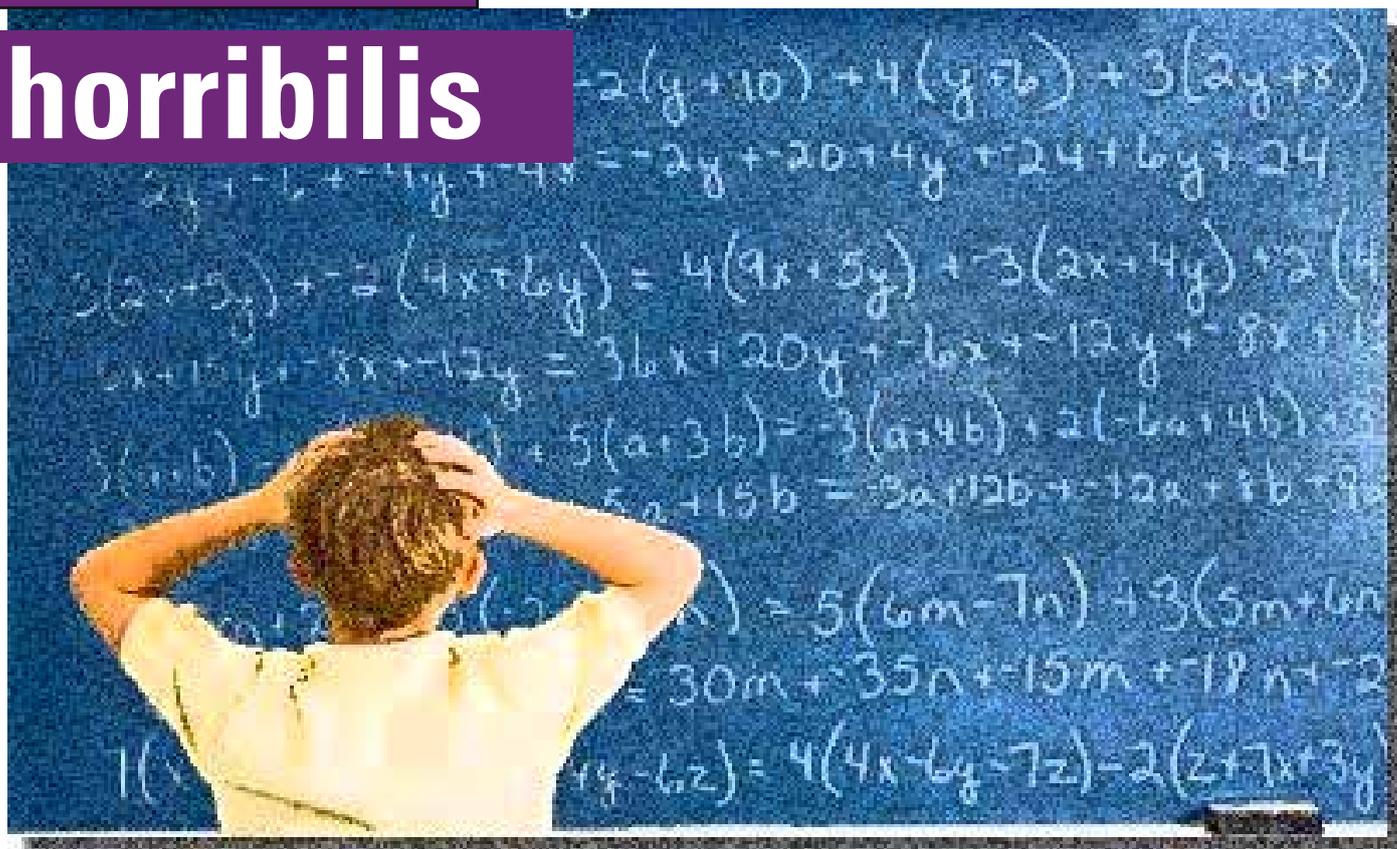


Foto: Autor desconhecido

Na nossa história democrática, o investimento na educação é uma prioridade, não um desperdício, ou um item orçamental a baixar sucessivamente sempre que é preciso obedecer aos nossos credores, aceitando condições indignas dentro de um quadro comunitário de “ajuda”. Em educação todo o investimento é pouco, não só porque a ignorância sai muito mais cara a um país que os gastos em combatê-la, mas também porque o nosso atraso nesta matéria, quando se começou a tentar inverter a situação, tinha mais de 100 anos em relação, por exemplo, aos nossos parceiros europeus de referência.

Lurdes Figueiral

Presidente da direção da Associação de Professores de Matemática

Que a atual equipa ministerial tem vindo a fazer em matéria de educação, ultrapassa todos os limites do respeito pelo diálogo, pelo trabalho e pelo investimento feito, nomeadamente dos professores, das escolas e do erário público. De entre as medidas educativas que considero mais graves, estão aquelas que tendem a privilegiar as escolas com “bons resultados”, reduzir esses “bons resultados” ao que é quantificável fazendo crer que isto é ri-

gor, medir esses resultados obsessivamente através de provas externas (leia-se, exames) e transformar a educação num treino para prestação de provas. Convertendo a educação em treino, percebe-se que o número de alunos por turma possa ser aumentado, como pode ser aumentado o número de turmas por professor. Por este caminho, parece que os professores estão condenados a ser monitores de programas fortemente prescritivos, rumo ao livro único e, quem sabe, a aulas gravadas que só terão que aplicar, a exemplo da velhinha “tele-escola”. Isso, sim, seria poupar dinheiro em educação!

Os responsáveis que agora nos governam nesta matéria calcularam e pre-

pararam o caminho a seguir até aqui chegar. A opinião pública foi sendo formatada para ter da educação em Portugal, sobretudo da educação básica obrigatória, uma ideia de facilitismo, de falta de rigor e exigência que produz alunos que pouco e mal aprendem. Foi sendo assim preparada para aceitar sem pestanejar as políticas que iriam supostamente dar seriedade e rigor ao sistema educativo português e, na matéria que me ocupa, ao ensino da Matemática em particular. Em Portugal encontramos num quadro de referência inaugurado com a LBSE que foi tendo importantes concretizações no decorrer dos últimos vinte anos. Num processo longo, como têm que ser os processos



em educação se queremos que tenham seriedade e ganhem consistência, e que abrangeu não só as questões curriculares mas a habilitação e formação dos professores, foram sendo feitos estudos, experimentadas e implementadas propostas, avaliadas e reajustadas em prazos adequados e exequíveis, até chegarmos a um ponto de estabilidade que finalmente estava a dar os seus frutos. É sabido que os alunos portugueses que, ao abrigo de programas internacionais de permuta de estudantes e em participações em concursos, provas e avaliações internacionais, revelam uma preparação acima da média, preparação essa que não se reflete (nem se consegue) apenas nos anos terminais de estudo, mas que se vai evidenciando nas diferentes fases do percurso educativo e formativo.

No que diz respeito à Matemática (matéria para a qual a opinião pública também foi induzida a crer que tínhamos um especialista na matéria à cabeça dos destinos da educação em Portugal) os danos não se fizeram esperar. A Associação de Professores de Matemática (APM) ao longo do ano tornou pública a sua mais profunda discordância com a implementação das Metas Curriculares para a Matemática no Ensino Básico (MCM), considerando que elas, não só não estão de acordo com o Programa de Matemática para o Ensino Básico (PMEB) homologado em 2007, como o pervertem profundamente. O MEC, insistindo que as incompatibilidades eram mínimas, avançou com um acordo com as editoras para a alteração (ilegal, imoral) dos manuais escolares que, à custa disso, chegarão às escolas numa versão que os professores não conhecem nem escolheram e mais caros para os encarregados de educação (sem contar aqui com as incomensuráveis ques-

tões éticas com que alguns dos autores e certificadores se debateram). Agora, quando tudo está pronto (embora não conhecido) para o novo ano letivo, e persistindo na afirmação das poucas alterações que as MCM apresentam relativamente ao PMEB, o MEC viu-se na necessidade de anunciar a revogação deste Programa.

Em relação ao PMEB agora revogado, para quem tiver a seriedade de o analisar (vejam-se posições de especialistas em educação matemática e em matemática que têm vindo a lume) há várias razões que nos levam a continuar a defender a sua não revogação. O PMEB de 2007 teve como referência resultados de investigação reconhecida internacionalmente e foi elaborado por uma equipa de autores composta por matemáticos, professores de matemática dos três ciclos do Ensino Básico e investigadores no domínio do ensino e da aprendizagem da Matemática. Passou por um período alargado de discussão pública donde provieram inúmeros pareceres e de que resultou a integração de diversas contribuições; por um período de lecionação em turmas piloto de várias escolas do país, com a elaboração e teste de materiais didáticos, que envolveu professores selecionados pela sua grande experiência; e, por fim, pelo período de generalização, faseada, com o acompanhamento do trabalho dos professores nas suas escolas, incluindo a observação de aulas; só em 2012/2013 termina a sua generalização. Apresenta fortes afinidades com programas paralelos em países de referência em termos de sucesso educativo nesta disciplina, como a Finlândia e Singapura, só para referir aqueles que apresentam melhores resultados em estudos internacionais. Na sua forma e no seu conteúdo baseia-se na autoridade e

na capacidade do professor, enquanto agente qualificado e membro de uma equipa educativa, para propor os itinerários e as metodologias, a escolha de recursos e de estratégias, que melhor se adaptam às especificidades de escolas e alunos, numa lógica de articulação por ciclo, ao contrário do Programa agora homologado e das Metas, que definem percursos curriculares únicos para cada ano de escolaridade, utilizando uma enorme quantidade de micro-objetivos (mais de 190 objetivos ditos gerais e mais de 900 descritores), numa linguagem fortemente prescritiva e pouco clara, menorizando o papel dos professores e das escolas e atomizando, sem contexto nem significado, as aprendizagens dos alunos. O PMEB de 2007 pressupõe ainda uma alta expectativa das capacidades dos alunos tendo em conta as de exigência cognitiva mais elevada como a compreensão e a aplicação de conhecimentos e a resolução de problemas – é nesse sentido um programa exigente – enquanto as Metas Curriculares e o Programa agora homologado privilegiam a mecanização de factos e procedimentos, sem que para isso tenha que haver uma aprendizagem significativa.

Considero pois que este ano letivo que agora caminha atribuladamente para o seu termo está a ser um ano negro, *annus horribilis*, que, em pouco tempo, deita por terra um trabalho de mais de vinte anos, trabalho esse que precisava ainda de muita consolidação e permanentemente melhoria mas que não podia ter sido ignorado e deixado ao sabor de aventureiros com as “suas” ideias sobre educação que não parece resultarem de nenhum conhecimento ou preparação específica, mas apenas de ressentimentos históricos e ideológicos. ■

MANIFESTO

Por um país com futuro, em defesa da Escola Pública para todos.

No mesmo dia em que as organizações sindicais dos professores negociavam com o MEC, realizou-se uma concentração de professores nas Caldas da Rainha que, no final, aprovou o manifesto que a seguir transcrevemos.

Sendo um dos pilares de uma sociedade democrática, a Escola Pública enfrenta hoje um dos piores momentos da história da nossa democracia. A crise económica e financeira está a servir de pretexto ao actual governo para desenvolver políticas educativas que se traduzirão num profundo retrocesso da Educação para Todos, contrariando um dos Objectivos do Milénio da ONU e o compromisso com a UNESCO.

É em defesa de uma Escola Pública verdadeiramente inclusiva e de qualidade, é pela valorização dos Professores, da sua dignidade profissional e do seu trabalho diário, que os professores/cidadãos afirmam a urgência de pôr fim à política educativa seguida pelo Ministério da Educação e Ciência, destacando como extremamente nefastas e gravosas as medidas que seguidamente se enunciam:

1. A diminuição do investimento na educação (2009 – 5,9% do PIB; 2012 – 3,9% do PIB; média da OCDE – 6,2% do PIB);

2. A criação de mega-agrupamentos, pela instabilidade que vieram criar nas escolas, nos alunos e nas famílias, conduzindo à existência de escolas geograficamente isoladas e distantes da sua sede e, conseqüentemente, dos seus órgãos de gestão, bem como ao desprezo pela especificidade e característi-

cas de cada escola e da sua população;

3. A constituição de turmas com elevado número de alunos, o que dificulta a individualização de estratégias, inviabiliza a operacionalização de diferenciação pedagógica, diminui a disponibilidade de interacção professor/aluno e potencia a indisciplina;

4. A definição de um mínimo de 20 alunos para o funcionamento de disciplinas de opção, o que limita grosseiramente as opções reais dos alunos;

5. A atribuição de maior número de créditos horários a escolas com melhores resultados nos exames – as escolas que necessitam de mais horas para apoiar os seus alunos são as escolas com menos sucesso, normalmente escolas frequentadas por alunos de classe baixa ou média/baixa sem possibilidades económicas de procurar apoios fora da escola;

6. A imposição constante de alterações curriculares sem fundamentos pedagógicos, pois ignoram, não só, a experiência de quem está no terreno, como as recomendações das associações profissionais de cada especialidade e de estudos internacionalmente reconhecidos;

7. A contínua falta de recursos materiais



e humanos necessários à promoção de uma efectiva escola inclusiva – terapeutas vários, psicólogos, assistentes sociais, docentes de educação especial – para que os apoios efectivamente necessários a alunos com necessidades educativas especiais ou a alunos com uma situação familiar frágil, possam ser disponibilizados;

8. O não reconhecimento de todas as actividades desenvolvidas com os alunos como actividade lectiva - situação vergonhosa, que simula uma realidade não verídica, conduzindo a maioria dos professores a muito mais do que 25h/22h semanais de trabalho directo com os alunos e, conseqüentemente, a muito mais do que 35h semanais de trabalho docente efectivo (trabalho que inclui: investigação e actualização científico-pedagógica, preparação de aulas, elaboração de materiais, correcção de trabalhos e portefólios, elaboração e correcção de testes, avaliação e reavaliação de alunos, reuniões, actividades extracurriculares, preparação e participação em visitas de estudo, desempenho de cargos como o de direcção de turma e outros, trabalho burocrático diversificado, vigilância e classificação de exames);

9. O anúncio do aumento do horário de trabalho dos professores de 35 para 40 horas – os números mostram que, em Portugal, 51% do tempo regulamentar de trabalho dos professores do secundário é dedicado a dar aulas, quando a média da OCDE é só de 39% (dados do relatório da OCDE “*Education at a Glance*”, 2013). No básico (1.º e 2.º ciclos), por exemplo, são 880 horas por ano (em Portugal) contra 790 (média OCDE).

10. O anunciado fim da redução da componente lectiva por antiguidade (art. 79º, do ECD), que revela um desrespeito inadmissível pelo sempre reconhecido e atestado desgaste profissional que o desempenho de funções docentes acarreta e pelas nefastas conseqüências que tal medida seguramente trará para a qualidade do ensino;*

11. A criação de falsos horários zero, como resultado de medidas como as

enunciadas anteriormente, situação esta que contribui significativamente para o esvaziamento das escolas de recursos humanos experientes necessários à efectiva promoção de serviços educativos de qualidade;

12. O despedimento de milhares de professores contratados com inúmeros anos de serviço, os quais preencheram continuamente necessidades permanentes do sistema, nunca tendo visto reconhecido qualquer vínculo profissional. Estes professores continuam a ser necessários às escolas, devendo-se o seu afastamento a reformas curriculares que visaram apenas a redução de recursos humanos;

13. A requalificação profissional e/ou mobilidade especial, porque os docentes são necessários nas escolas, estando o actual governo, através de medidas com fins apenas economicistas, a conduzir um elevado número de professores a uma situação de desemprego;

14. A manutenção do financiamento de contratos de associação com grupos privados quando, no mesmo espaço geográfico, existem escolas da rede pública com capacidade de resposta para um número significativo das turmas contratualizadas, a exemplo do que acontece no concelho das Caldas da Rainha. Esta situação desrespeita a legislação subjacente à celebração de contratos de associação e traduz-se numa duplicação da despesa do Estado, situação que, para além de reflectir uma gestão danosa de recursos públicos, é particularmente grave na época de crise económica e financeira que vivemos.

Face à gravidade do anteriormente exposto, os professores/cidadãos que se revêm nos princípios e valores da Escola Pública, propõem-se:

1. Exigir uma aposta clara na Educação enquanto sector fundamental de um Estado democrático e solidário, promotor de igualdade de oportunidades a todos os seus cidadãos. Como sublinhou e defende a presidente do Conselho Nacional de Educação, a aposta na Educação para Todos é fundamental em

tempo de crise, afirmando: “*Não temos petróleo, nem ouro. Temos pessoas*”;

2. Exigir o reconhecimento político de que cabe à Escola Pública o desígnio fundamental de preparar as futuras gerações, as quais se pretende que sejam o mais capazes possível, a fim de poderem contribuir, tal como as antecessoras, para o progressivo desenvolvimento do país;

3. Exigir uma política educativa que invista na Educação, de modo a promover uma efectiva qualidade do sistema de ensino público, garantindo uma verdadeira igualdade de oportunidades;

4. Exigir que todas as actividades desenvolvidas com os alunos sejam incluídas na componente lectiva;

5. Rejeitar em absoluto o aumento do horário de trabalho lectivo e/ou não lectivo dos professores, por ser incompatível com um trabalho docente digno e profissional.

6. Rejeitar em absoluto a integração de qualquer professor na chamada mobilidade especial/requalificação profissional por considerar que não há absolutamente professores a mais na escola. De facto, há professores a menos para se poder dar uma resposta adequada às exigências colocadas pela especificidade dos diferentes alunos;

7. Exigir uma adequada definição da rede escolar no concelho das Caldas da Rainha, em cumprimento dos normativos legais, de modo a que, havendo capacidade de resposta por parte das escolas da rede pública, não sejam celebrados contratos de associação, evitando assim, também, o subaproveitamento dos recursos públicos. Exigir, em complemento, a devida fiscalização por parte do Ministério da Educação e Ciência. ■

Caldas da Rainha, 25 de Junho de 2013

*Este texto foi elaborado antes de se ter conhecimento do resultado da reunião entre sindicatos e MEC

O Manifesto foi entregue, durante a concentração, ao Presidente da Câmara Municipal, ao Vereador da Educação e ao Presidente da Assembleia Municipal.



Campanha em defesa da
ESCOLA PÚBLICA
14 maio → 6 junho

A escola pública é uma escola para todos

A Campanha Nacional em defesa da Escola Pública, que arrancou dia 14 de maio, no Porto, terminou em Lisboa, dia 6 de junho, após percorrer todos os distritos do país, mostrando o que de bom e muito bom é feito nas nossas escolas. Na área do SPGL esteve em Santarém, Torres Novas, Setúbal, Almada e Sintra (Lourel). Com exibição de filmes e espetáculos de rua, exposições, debates, distribuição de um folheto à população e recolha de assinaturas, em postal.

“**A** escola pública aceita-nos como nós somos”, é uma frase, escrita por uma criança, e exposta na carrinha da FENPROF que percorreu o país. Frase citada por António Avelãs, no largo de Camões, em Lisboa, no momento de encerramento público da campanha. Retomando esta ideia, o presidente do SPGL, na sua breve intervenção no evento, sublinhou: “A escola pública aceita as crianças como elas são. Ricos, pobres, grandes, pequenos, brancos, pretos, amarelos, aprendendo com mais facilidade, com mais dificuldade. A escola aceita-os a todos para que, em conjunto e respeitando a especificidade de cada um, ser capaz de os formar, de os desenvolver, de os tornar felizes”. António Avelãs denunciou o ataque em curso à escola pública e sublinhou: “A política que está a ser seguida, que

assenta naquilo que legitimamente denunciamos como ataque às funções sociais do Estado, traduz-se, no que respeita à escola, num enorme corte de financiamento gerando condições muito difíceis para o trabalho dos professores – e por isso mesmo para as aprendizagens dos nossos alunos”. Concluindo que “sem uma escola pública de qualidade, o país torna-se mais injusto, mais pobre. Sobretudo, menos humano”.

Exposições, teatro e música

A exposição de trabalhos belíssimos de alunos de diferentes escolas de Lisboa, música e teatro, marcaram o encerramento da campanha no largo do Camões.

Da Escola de Música do Conservatório Nacional, pudemos ouvir um quarteto de saxofones e um quinteto de metais. Uma apresentação de alunos que, nas

palavras da professora Rita Nunes, sabem o que está em causa. “Eles têm conhecimento do que se está a passar e o motivo destas iniciativas. E participam com todo o gosto. E também estão extremamente receosos com o que vai acontecer. Porque o ensino artístico, especialmente, tem sido muito atacado e a sensação é de que estamos à beira do fim”.

A escola secundária Camões participou com algumas canções e a apresentação, pelo seu grupo de teatro, de um extrato de “Até amanhã camaradas” de Álvaro Cunhal, que foi aluno da escola, e de que este ano se assinala o centenário do nascimento. Um alerta, como referiu o diretor do Camões, João Jaime: “podemos dizer que já passaram 40 anos e que coisas como estas não voltam a acontecer. Mas nós também não acreditávamos que houvesse um retrocesso na democracia, nas conquistas que

Abril nos deu. Por isso, a escola secundária Camões quer contribuir com este pequeno espaço de teatro”.

A encerrar o momento cultural, estiveram as crianças da “Orquestra Geração” – um projeto extracurricular que se assume como um processo de intervenção social, através da música e a prática da música em conjunto – a orquestra. Atuou a Orquestra Ge-

ração *Bora Nessa*, que reúne crianças das escolas: de Camarate, Mário de Sá Carneiro; Escola Básica da Apelação; e a Escola Bartolomeu Dias do agrupamento de escolas de Sacavém.

Na intervenção de encerramento, Mário Nogueira, secretário-geral da FENPROF, lembrou uma vez mais: “As escolas não têm professores a mais. As escolas abandonaram muitas inicia-

tivas que estavam a desenvolver, precisamente porque faltam professores para as fazer. E nós não vamos deixar que se destrua aquilo que hoje é a essencial na profissão de professor – que é, apesar de tudo, ter algum tempo para além das aulas – poder trabalhar em outras atividades nas suas escolas”. ■

A Caravana em defesa da Escola Pública passou no Distrito de Setúbal



No passado dia 5 de junho, a Caravana em defesa da Escola Pública, promovida pela FENPROF, passou pelo Distrito de Setúbal, tendo estado na Praça do Bocage entre as 10h e as 12h e na Praça S. João Batista-Almada entre as 15h e as 17h30m.

Mostrámos o que de bom se faz nas nossas escolas desde atividades cultu-

rais e desportivas até à investigação e divulgação científicas. Em Setúbal, pudemos contar com a presença do Presidente do SPGL, António Avelãs, que procedeu à abertura das intervenções e alunos das seguintes escolas: Escola Secundária Sebastião da Gama, ES/2,3 Lima de Freitas. Em Almada houve igualmente a participação dos diretores de alguns agrupamentos dos concelhos

de Almada e Seixal, dos alunos das escolas: AE António Gedeão, AE Anselmo de Andrade, AE Romeu Correia e AE da Trafaria. Fizeram ainda questão de estar presentes o vereador do pelouro da educação da C. M. Almada, António Matos, do presidente do SPGL, António Avelãs, e do secretário-geral da FENPROF, Mário Nogueira. ■

Caravana em Torres Novas e Santarém



A caravana “em defesa da Escola Pública”, iniciativa da FENPROF, com o objetivo de promover a escola pública e realçar os aspetos positivos, reconhecidos pelos seus discentes e os respetivos encarregados de educação, e que

percorreu um grande número de cidades do país, esteve no Ribatejo, dia 29 de maio deste ano.

Em Torres Novas, a caravana fixou-se junto da Escola Artur Gonçalves, foi visitada por muitos dos seus alunos e outros da escola do 1º ciclo do ensino básico e da pré-primária deste agrupamento. Estes últimos ilustraram o evento com pequenos quadros relacionados com as suas aprendizagens nas matérias de Educação Física e Musical.

A vice-coordenadora, Fátima Castro, deu uma breve entrevista sobre os objetivos da iniciativa. Foram distribuídos à população textos impressos sobre o tema e recolhido, pelos dirigentes que acompanharam a caravana, um grande número de postais de apoio à escola pú-

blica.

Pelas 15h a caravana fixou-se em Santarém, junto ao Shopping, local escolhido por ser ponto de passagem de muitos escalabitanos que, tal como em Torres Novas, assinaram centenas de postais e receberam os prospetos, manifestando apoio expresso à escola pública.

A Presidente do Conservatório de Música, Maria Beatriz Martinho, colaborou com a Direção do SPGL, tendo dispensado o aluno de acordeão, Flávio Bolieiro, que encantou os assistentes pelo seu virtuosismo e um repertório de alta qualidade.

Consideramos que a iniciativa, que teve a nossa melhor atenção, foi produtiva e de interesse geral para a população das duas cidades. ■

Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

Aos
SÓCÍOS

Contacte-nos



SPGL
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa
●Tel: 213819100
●Fax: 213819199
●spgl@spgl.pt
●Direcção: direcao@spgl.pt
●www.spgl.pt

Serviço de Apoio a Sócios
●TEL: 21 381 9192
●apoiosocios@spgl.pt

Serviço de Contencioso
●TEL: 21 381 9127
●contencioso@spgl.pt

Serviços Médicos
●TEL: 21 381 9109
●servmedicos@spgl.pt

Serviços (seguros, viagens, etc.)
●TEL: 21 381 9100
●servicos@spgl.pt

Centro de Documentação
●TEL: 21 381 9119
●fenprof@fenprof.pt

Direcção Regional de Lisboa
●Parede
Trav. Rocha Martins, F – L,
2775-276 Parede
Tel: 214563158 Fax: 214563157
E-Mail: parede@uniaolisboa-cgtp.pt

Direcção Regional do Oeste
●Caldas da Rainha
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B 2500-
329 Caldas da Rainha
Tel: 262841065 Fax: 262844240 E-Mail:
caldasrainha@spgl.pt
●Torres Vedras
Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634 Fax: 261314906 E-Mail:
torresvedras@spgl.pt

Direcção Regional de Santarém

●Abrantes
Rua S. Domingos - Ed. S. Domingos, 3º B
2200-397 Abrantes
Tel: 241365170 Fax: 241366493 E-
-Mail: abrantes@spgl.pt
●Santarém
Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq. 2000-
232 Santarém
Tel: 243305790 Fax: 24333627 E-
-Mail: santarem@spgl.pt
●Tomar
Av. Ângela Tamagnini, nº 28 r/c Esq.
2300-460 Tomar
Tel: 249316196 Fax: 249322656 E-Mail:
tomar@spgl.pt
●Torres Novas
R. Padre Diamantino Martins,
lote 4-Loja A
2350-569 Torres Novas
Tel: 249820734 Fax: 249824290 E-Mail:
torresnovas@spgl.pt

Direcção Regional de Setúbal

●Setúbal
Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2º 2900-218
Setúbal
Tel: 265228778 Fax: 265525935 E-Mail:
setubal@spgl.pt
●Barreiro
Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c 2830-336
Barreiro
Tel: 212079395 Fax: 212079368 E-Mail:
barreiro@spgl.pt
●Almada
R. D. Álvaro Abranches da Câmara, nº 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813 Fax: 212722865 E-Mail:
almada@spgl.pt

Projeto CIMES:

“Consultas e Gestão da Informação nas Escolas Europeias: Participação na Comunidade.”



Vanda Lima e Silva
Dirigente do SPGL

Como já foi divulgado, em números anteriores da nossa revista, o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa envolveu-se num Projeto Europeu com seis outros parceiros oriundos da Europa do leste, com principal objetivo de partilhar a informação e as práticas relativamente à implementação da diretiva 2002/14/CE, que visa essencialmente a promoção e o reforço de uma cultura de consulta dos trabalhadores, incluído o respeito mútuo, a confiança a cooperação, abertura e criatividade. Outro dos objetivos centrais deste projeto passa pela demonstração da importância da gestão da informação e consulta, como fator essencial na melhoria do Diálogo Social.

A realização deste projeto comum pretende que o mesmo seja uma base de intercâmbio de boas práticas e ideias entre os representantes dos vários sindicatos de professores parceiros no projeto e para o efeito realizaram-se dois encontros internacionais e seminários nacionais. O encontro inaugural ocorreu em fevereiro, na Bulgária, e contou com a

presença da Coordenadora do Projeto, a dirigente Vanda Lima e Silva, membro da Comissão executiva do SPGL e do secretariado nacional da FENPROF. Na primeira fase do projeto, a partilha e o contato entre os parceiros foi o mais importante, nomeadamente no que respeita às práticas e ao papel dos sindicatos, na medida em que são os mais representativos de cada um dos países envolvidos, sendo também aqueles que em sede negocial representam o maior número de docentes sindicalizados.

Em abril, realizou-se, em Varsóvia, o encontro preparatório dos seminários nacionais e contou com a presença da nossa *expert* nas questões do direito e das negociações no âmbito do Ensino Privado, Dr.^a Lídia Boto, e os três dirigentes do SPGL envolvidos no projeto: Vanda Lima e Silva, Branca Gaspar e António Quitério. No referido encontro, os vários peritos na matéria informaram sobre a implementação da diretiva, sendo possível constatar as diferenças mais significativas na Sérvia, Montenegro e Hungria. No caso concreto do nosso país, houve a transposição da diretiva para as leis nacionais, sendo mais visível a sua aplicação (consulta e informação) no domínio do ensino privado.

No passado dia 20 de junho, realizou-

-se o Seminário Nacional, cujos objetivos mais específicos se prendiam com a análise da legislação e políticas da União Europeia, relativas à participação dos trabalhadores no processo negocial. Foram igualmente examinadas e discutidas algumas propostas e identificadas as necessidades ao nível do conhecimento e implementação da diretiva, em função das lacunas sentidas pelos presentes no seminário, necessidades que serão apresentadas nas conclusões finais do Projeto.

Em novembro, realizar-se-á, em Budapeste - Hungria, a conferência de encerramento, da qual resultará uma publicação final multilingue, com um resumo dos efeitos do projeto nos países parceiros: Bulgária, Hungria, Montenegro, Polónia, Portugal, Sérvia e Roménia. A publicação estará igualmente disponível em versão eletrónica no *site* do projeto e incluirá as conclusões e diretrizes para o futuro no sentido de promover o direito europeu e a política, no que respeita à integração dos trabalhadores nos processos de codecisão, aperfeiçoamento das capacidades dos representantes dos professores na área da comunicação efetiva e participação ativa no diálogo social. ■



1º Encontro de Aposentados da Administração Pública

No passado dia 5 de junho, realizou-se o **1º Encontro de Aposentados da Administração Pública**, em Lisboa.

Este Encontro, promovido pela Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública, sob o lema «**Por uma aposentação digna, contra o roubo das pensões**» teve uma grande participação de reformados dos diversos sindicatos, estando presentes inúmeros professores da FENPROF e nomeadamente do SPGL. Pretendeu-se promover uma reflexão que permita encontrar respostas aos ataques cada vez maiores do governo PSD/CDS/troika aos trabalhadores e aos reformados em geral e em particular aos aposentados da função pública.

Ana Avoila presidiu a esta iniciativa que contou com a presença de dirigentes e aposentados dos sindicatos da Administração Pública, bem como de convidados em representação da Inter-Reformados Nacional e de Lisboa e do MURPI.

O economista Eugénio Rosa fez uma apresentação de um estudo seu denominado “As mentiras do governo, os ataques aos aposentados, as ameaças futuras às pensões e as dificuldades financeiras criadas pelos sucessivos governos à CGA”. Este trabalho, com um interesse muito relevante para os aposentados da administração pública, tem por base dados oficiais sobre a CGA e a Segurança Social, podendo ser consultado no site

<http://www.eugeniorosa.com/Sites/eugeniorosa.com/Documentos/2013/1-ENCONTRO-Aposentados.pdf>

No decorrer do Encontro registaram-se várias intervenções sobre o tema, terminando com a apresentação, discussão e aprovação de uma Resolução, contendo as reivindicações dos trabalhadores aposentados, a ser enviada posteriormente para o

Ministério das Finanças. Esta Resolução tinha sido, dias antes, refletida pela Comissão Coordenadora do Departamento de aposentados do SPGL daí decorrendo diversas propostas previamente apresentadas e aceites pela comissão de redação deste documento.

Desta resolução destacamos as reivindicações:

- Aumento anual das pensões da aposentação numa percentagem que, pelo menos, compense o aumento de preços, de forma a impedir a perda de poder de compra da pensão;
- Devolução do subsídio de férias e de Natal confiscados em 2012;
- Recusar qualquer aumento da taxa de desconto para a ADSE;
- Eliminação da Contribuição Extraordinária de Solidariedade, que é um imposto aplicado apenas aos pensionistas, violando o princípio da igualdade consagrado no artº 13º da Constituição da República;
- Recusar qualquer corte nas pensões, seja qual for o modo como se apresente, e, de uma forma muito particular, com carácter retroativo;
- Recusar qualquer “contribuição de sustentabilidade das pensões”;
- Exigir que seja reposta a percentagem (30%) das despesas com a saúde que pode ser deduzida no IRS, em substituição dos 10% atuais.

O SPGL apresentou ainda a moção que transcrevemos e que foi aprovada por unanimidade na assembleia.

No final do Encontro, os participantes deslocaram-se, num cordão humano, em protesto até ao Ministério das Finanças.

Sobre este evento podem ainda consultar o site:

<http://www.frentecomum.com/#!sobre-1/c1rjx>

MOÇÃO

Considerando que o ataque aos pensionistas e reformados do nosso país só vai parar com a derrota da política do Governo e da Troika, uma política de devastação e destruição dos direitos sociais e da organização económica do nosso país; Considerando que o combate em todas as frentes contra esta ofensiva do Governo ao serviço da Troika, exige a mobilização unida de todos os setores e de todas as camadas do povo trabalhador, até pôr fim aos ataques do Governo e levando à sua queda;

Os pensionistas/reformados presentes no 1º Encontro de Aposentados da Administração Pública, realizado em Lisboa a 5 de Junho de 2013 – sob o lema “*Por uma aposentação digna, contra o roubo das pensões*”:

1 - Declaram o seu apoio total a todos os processos de mobilização e de resistência da população trabalhadora, em particular no setor dos professores, para impedir, nomeadamente, o aumento do horário de trabalho e a “mobilidade especial” com os subsequentes despedimentos, num ataque feroz à Escola Pública.

2 – Manifestam o seu apoio a todas as populações em luta contra a privatização dos CTT, preparada com o encerramento de centenas de estações de correios e a destruição dos postos de trabalho que lhes estão associados e de que advém um maior isolamento das populações.

3 – Dão o seu apoio total à greve geral de 27 de junho convocada pelas duas Centrais sindicais, CGTP-IN e UGT, e outras organizações, para pôr fim aos permanentes ataques do Governo aos direitos dos trabalhadores e de toda a população numa subversão da Constituição da República Portuguesa. Propõem-se participar em todas as formas de mobilização e manifestação associadas a esta greve, numa luta pela queda do governo PSD/CDS e mudança de políticas.

A Comissão Coordenadora
Departamento de Professores e Educadores aposentados

Legislação

- **Despacho 5122/13, 16/4**
Homologa as metas curriculares.
- **Despacho 5165-A/13, 16/4**
Revogação do programa de matemática.
- **Portaria 156-A/13, 19/4**
Fixa o nº de vagas de cada um dos quadros de agrupamento de escolas e escolas não agrupadas, a preencher pelo concurso externo e interno, no ano escolar 2013/14.
- **Portaria 156-B/13, 19/4**
Procede à extinção dos quadros de zona pedagógica existentes, criando novos quadros.
- **Resolução AR 59/13, 18/4**
Recomenda ao Governo a criação de um regime de habilitação própria para a docência de psicologia por psicólogos.
- **Despacho 5970/13, 8/5**
Nomeia o Júri Nacional de Exames.
- **Portaria 257/13, 6/5**
Vagas para concurso interno e externo do ensino especializado da música e da dança.
- **Despacho 7960/13, 19/6**
Mobilidade por doença para os docentes de carreira.
- **Despacho Normativo 7/2013, 11/6**
Organização do ano letivo.

21º ENCONTRO PLE NA ESCOLA ARTÍSTICA ANTÓNIO ARROIO



O 21º Encontro PLE das Escolas de Ourivesaria e o Encontro Comenius – Projeto *Ceci n'est pas un bijou* afirmou-se na Escola Artística António Arroio como um espaço de formação intercultural e de intercâmbio europeu onde se reuniram as delegações de escolas parceiras do PLE - Parlement Lycéen Européen des Écoles de Bijouterie et métiers d'Art e de escolas convidadas com o ensino de Ourivesaria. Este ano, comemorámos pela segunda vez na nossa escola, depois do 5º Encontro realizado no ano de 1997, o aniversário do PLE e os vinte e um encontros anuais e celebrámos mais um ano de intercâmbio escolar entre os 63 alunos e professores representantes dos 10 países e das 16 escolas participantes: França – Saint Amand Montrond; Bélgica – Namur

e Antuérpia, Espanha – Madrid, Vigo e Córdoba; Itália – Valenza; Grécia – Thessaloniki e Volos; Letónia – Liepaja; Dinamarca – Copenhaga; Eslováquia – Kremnica; República Checa – Turnov, e Portugal – Porto e Lisboa. As atividades e jornadas de trabalho que ocorreram neste encontro anual, durante os dias 15 a 19 de maio de 2013, marcaram a cultura identitária do nosso país, cidade e escola e reforçaram os ideais de uma parceria europeia multicultural em que todos acreditamos. O encontro celebrou o mar, a poesia, a música e a figura típica da nossa cidade luz, a Varina “Maria Lisboa”, de David Mourão Ferreira, cantada por Amália Rodrigues. Congregou sinergias, afirmou-se com a marca da identidade plural de todos os participantes e abriu-se à criatividade, à troca de diferenciados saberes e fazeres: as exposições itinerantes de joias, as conferências sobre joalheria contemporânea e tradicional, os workshops

de Cerâmica, Têxteis e Ourivesaria, as exposições de joias e desenhos de joias do Concurso anual, os debates e relatórios de atividades desenvolvidas nas assembleias e as visitas à cidade e aos museus Gulbenkian e Arte Antiga. O nosso saber faz-se à luz do passado, presente e do devir, com os olhos postos no conhecimento, as mãos a laborar e com o enorme prazer em fazer arte. A forte envolvimento e trabalho de professores, alunos, ex-alunos e serviços técnicos da Escola Artística António Arroio contribuiu de forma decisiva para a continuidade deste projeto de parceria transnacional que continua revitalizado na sua itinerância com o 22º encontro marcado no próximo ano na Grécia! A direção da escola e a equipa de organização agradece reconhecida a todos os que prestaram o seu contributo e tornaram possível a realização deste encontro. ■

Direito a Férias do Pessoal Docente Contratado

De acordo com o artigo 86º do Estatuto da Carreira Docente (ECD) “Ao pessoal docente aplica-se a legislação geral em vigor na função pública em matéria de férias, ...”, com as especificidades constantes do mesmo Estatuto.

Numa extensão deste princípio, o artigo 87º do ECD determina que o referido corpo de trabalhadores em funções públicas tem direito, em cada ano, ao período de férias estabelecido na lei geral.

Nesta conformidade, o regime de férias do pessoal docente contratado decorre, como se verá, da aplicação de duas fontes legislativas: o ECD e a Lei geral consubstanciada no Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei nº 59/2008, de 11 de setembro, consoante a duração do respetivo vínculo.

Assim, e para uma melhor compreensão poder-se-á esquematizar o regime de direito a férias em causa, nos seguintes termos:

a) Pessoal docente contratado em efetividade de serviço à data em que termina o ano letivo e com menos de um ano de docência.

Neste caso, que, como se constata, impõe a verificação cumulativa de dois requisitos, o artigo 87º, nº 2, do ECD determina que as férias dos docentes que neles se enquadrem correspondem a um período igual ao produto do número inteiro, correspondente a dois dias e meio por mês completo de serviço prestado até 31 de agosto, pelo coeficiente 0,833 arredondado para a unidade imediatamente superior. É de esclarecer que, para este efeito, o legislador considerou como mês completo de serviço o período correspondente a 15 dias.

Exemplos:

1º - Professor com 8 meses de docência à data em que termina o ano letivo tem direito a 17 dias úteis de férias (8 meses X 2,5 = 20; 20 X 0,833 = 16,66 ou seja, 17 dias úteis).

2º - Professor com 9 meses de docência à data em que termina o ano letivo tem direito a 19 dias úteis de férias (9 meses X 2,5 = 22,5; 22 X 0,833 = 18,326 ou seja, 19 dias úteis).

b) Pessoal docente contratado após seis meses de execução do contrato e que não se encontre em efetividade de serviço no final do ano letivo.

Neste caso, rege o artigo 172º, nº 2, do R.C.T.F.P. que o trabalhador tem direito a gozar dois dias úteis de férias por cada mês de duração do contrato, até ao máximo de 20 dias úteis.

c) Pessoal docente contratado, cuja duração total do contrato não atinja seis meses e não se encontre em efetividade de serviço no final do ano letivo.

O direito a férias deste universo de docentes encontra-se regulado pelo artigo 174º, do mesmo R.C.T.F.P. que determina que o respetivo período de férias corresponde a dois dias úteis de férias por cada mês completo de duração do contrato.

Neste caso, o mês completo determina-se contando todos os dias, seguidos ou interpolados, em que foi prestado o trabalho.

d) Pessoal docente com um ano ou mais de serviço

Também neste caso é aplicável o que sobre a matéria determina a Lei geral. Assim, o período de férias dos docentes nestas circunstâncias é aferido em função da sua idade e tempo de serviço, nos termos do artigo nº 173º do mesmo R.C.T.F.P. ou seja,

a) 25 dias úteis até o trabalhador completar 39 de idade;

b) 26 dias úteis até o trabalhador completar 49 anos de idade;

c) 27 dias úteis até o trabalhador completar 59 anos de idade;

d) 28 dias úteis a partir dos 59 anos de idade.”

Finalmente, sempre se deverá ter presente que, conforme estipula o artigo 171º do R.C.T.F.P, o direito a férias é irrenunciável e, com exceção dos casos expressamente previstos na Lei, o seu gozo **não pode**, mesmo com o acordo do trabalhador, ser substituído por qualquer compensação económica ou outra. Este princípio decorre da própria razão de ser deste direito que tem por objetivo possibilitar a recuperação física e psíquica do trabalhador “... e assegurar-lhe condições mínimas de disponibilidade pessoal, de integração na vida familiar e de participação social e cultural” ■

TAXA PAGA PORTUGAL

 CONTRATO 877789

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

 AUTORIZADO A CIRCULAR EM INVÓLUCRO FECHADO DE PLÁSTICO OU PAPEL 00001/2015/SGIC



s sindicatos de professores aceitaram ontem a suspensão da greve às avaliações, depois de chegarem a um acordo com o Ministério da Educação (MEC). Mais de um milhão de alunos poderá, finalmente, conhecer as partes finais do ano letivo.

Diário de Notícias

Crato livra professores da mobilidade para acabar com greves

ENTENDIMENTO Sindicatos e Ministério da Educação chegaram a um acordo que permite salvar os professores da mobilidade especial e do aumento do horário de trabalho para as 40 horas semanais, o que suspendeu já ontem a greve às avaliações. **PAÍS** PÁGS. 13 A 15

Jornal de Notícias

PROFESSORES PODEM SER EXCEÇÃO NA MOBILIDADE



Função Pública quer as exceções dadas a professores

Diário de Notícias

Ministério 'livra' professores da mobilidade para pôr fim à greve

Entendimento. Mobilidade para 2015 e a permissão de fazer horários só com atividades complementares leva um fim ao boicote de ferro entre ministério e sindicatos. Greves às avaliações foram suspensas, mas ano já vai terminando antecipado.

Entendimento

Ministério

Sindicatos

Record

PROFESSORES PÕEM FIM À PARALISAÇÃO

Escolas voltam à normalidade

Foram necessárias mais de quatro horas de reunião para professores e Ministério da Educação chegarem a um acordo com o entendimento. No final, a decisão a paralização das avaliações termina. O trabalho é, assim, retomado após a greve geral de amanhã.



Governo recuou nas duas medidas mais contestadas pelos sindicatos

 do encontro, onde foi aprovada uma ata negociada, em que o Governo recuou nas duas medidas mais contestadas pelos sindicatos: a mobilidade especial e o aumento do horário de trabalho para 40 horas.

// Praça da Liberdade

De quão tenrinho é Nuno Crato

CAUSA E FEITO

 Por PAULO VARELA

heover batalhas, o que, como se prevê, obriga a organização mobilizar a liberdade ganista e a empolgar o conflito. É o chamado fenómeno de sobrevivência.

Mobilidade adiada nos professores

ENSINO Os sindicatos e Ministério da Educação chegaram a um acordo que permite salvar os professores da mobilidade especial e do aumento do horário de trabalho para as 40 horas semanais, o que suspendeu já ontem a greve às avaliações.

Jornal de Notícias



Governo passa mobilidade para 2015 e sindicatos param greve

Entendimento. Ministério da Educação chegou a um acordo com os sindicatos para acabar com a greve às avaliações.

Negócios

Professores vão trabalhar mais cinco horas por semana ... em casa

Negociações entre sindicatos e Ministério da Educação chegaram ao fim sem acordo, mas com um entendimento. Neste jogo de forças, foram os sindicatos a alcançar maiores ganhos imediatos.

SPGL - Rua Fialho de Almeida, nº 3

 1070 - 128 LISBOA